Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

AS METAMORFOSES DO COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR-ACADÊMICO NOS EUA DURANTE A GUERA FRIA

João Paulo dos Reis Botelho

RA: 102806

Orientador: Eduardo Barros Mariutti

Campinas, Janeiro de 2015

João Paulo dos Reis Botelho

As metamorfoses do Complexo Industrial-Militar-Acadêmico nos EUA durante a Guerra Fria

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti.

Campinas

2015

Campinas
2015

BOTELHO, João Paulo dos Reis. **As metamorfoses do Complexo Industrial-Militar-Acadêmico nos EUA durante a Guerra Fria.** 2015. 60 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RESUMO

Este trabalho é um estudo de como o poder político se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo no caso específico dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (1945-1989). Procuramos expor como o enorme nível de gastos militares auxiliou no desenvolvimento tecnológico do país ao longo do período, formando redes de inovação que seriam o embrião dos departamentos de P&D das empresas do país. Defendemos que isto só foi possível uma vez que este gasto foi direcionado para a criação de novos armamentos e, para isso, os militares usaram parcerias com empresas privadas e universidades.

Para melhor entender a relação entre gasto militar e desenvolvimento capitalista, voltamos à origem da guerra total. Depois, expomos como foi o lobby do Complexo Industrial-Militar-Acadêmico que permitiu a expansão e manutenção destes gastos. No final, apresentamos a estratégia utilizada pelo governo do país para financiar os déficits públicos resultantes e como esta só foi possívle pela utilização do poder político.

Palavras-Chaves: Hegemonia – Guerra Total – Financeirização

Sumário

Introdução.....1

Capítulo 1.....5

1.1 Caracterização da guerra total.....6

1.2 Custos sociais da guerra total.....9

1.3 Primeiros casos históricos.....11

1.3.1 Guerras Revolucionárias Francesas e Guerras Napoleônicas.....12

1.3.2 Guerra Civil Americana.....14

1.3.3 Primeira Guerra Mundial.....16

1.4 Segunda Guerra Mundial: Ciência e tecnologia a serviço da guerra total.....18

1.5 Segunda Guerra Mundial: Novo paradigma da guerra total.....20

Capítulo 2.....23

2.1 Conceituação de Complexo Industrial-Militar-Acadêmico.....25

2.2 Histórico de formação do CIMA.....28

2.3 Grandes projetos dentro do CIMA.....32

Capítulo 3.....34

3.1 Contextualização Histórica.....35

3.1.1 Características gerais do Sistema de Bretton Woods.....35

3.1.2 Contradições do Sistema de Bretton Woods.....37

3.1.3 Crise do Sistema de Bretton Woods.....39

3.2 Diferentes interpretações sobre a financeirização.....42

3.2.1 A interpretação de Peter Gowan (2003).....42

3.2.2 A interpretação de David Spiro (2007).....43

3.2.3 Interpretação de Eric Helleiner (1994).....45

Conclusões.....48

Bibliografia.....55

Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão de estudos de autores das mais diversas áreas que nos ajudam a entender a relação entre gasto militar e desenvolvimento econômico nos Estados Unidos durante o período denominado como Guerra Fria (1945-1989). Com base inicial nos trabalhos de Hobsbawm (1995) e Medeiros (2003), partimos da hipótese básica de que não só existe uma relação indissociável entre estas duas variáveis, mas esta relação é especialmente importante no caso estudado.

No primeiro capítulo, procuraremos explicar porque os conflitos militares e os gastos relacionados a estes têm estreita relação com as atividades econômicas nacionais e porque esta relação é especialmente forte nas economias capitalistas industrializadas. Dessa forma, será possível entender como a atividade militar pode acelerar e mudar qualitativamente a maneira como a economia capitalista se desenvolve em cada país.

Para isso, é de suma importância que seja entendido o conceito de guerra total, a forma de guerra característica do capitalismo industrial, caracterizada pelo uso de todos os recursos disponíveis nas nações conflitantes para o esforço de guerra. Neste tipo de conflito se fizeram necessárias várias adaptações na estrutura das instituições públicas e das empresas privadas, de forma a direcionar estoques, trabalhadores, consumo e capital para ajudar as tropas em combate da forma mais eficiente possível. Estas transformações mudaram permanentemente as estruturas das economias nacionais, concentrando mais renda nas mãos dos industriais, aumentando a capacidade de planejamento econômico dos governos nacionais, viabilizando grandes investimentos e estimulando inovações tecnológicas.

Para melhor apresentar o que é e quais são os efeitos de uma guerra total, analisaremos sinteticamente alguns exemplos históricos de como o conflito militar abandonou aos poucos as formas mais antigas e se aproximou cada vez mais de uma guerra total típica, passando pela

Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas, Guerra Civil Americana, até chegar à Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, faremos uso da mesma ótica para analisar a Segunda Guerra Mundial, que foi o conflito no qual a mobilização de recursos das várias potências industriais conflitantes atingiu seu ápice histórico e quando podemos ver mais claramente como o gasto militar ajudou a guiar o desenvolvimento do capitalismo, principalmente nos Estados Unidos. Veremos como esta guerra justificou massivos investimentos públicos em grandes projetos de inovação que não seriam possíveis em situações de paz, tendo como melhor exemplo o Projeto Manhattan.

Esta estreita relação entre grandes investimentos, inovações tecnológicas e gasto militar será melhor explorada no segundo capítulo. Esta parte do trabalho será dedicada à análise de como a corrida armamentista justificada pelo conflito velado contra a União Soviética direcionou investimentos públicos para o desenvolvimento de novas armas durante um longo período de tempo, maior do que a duração de qualquer guerra moderna. E não só o volume dos gastos para desenvolvimento de novas armas foi importante, mas a forma destes, que eram realizados através da contratação de empresas privadas para gerenciar o processo, que por sua vez contratavam universidades e centros de pesquisa para realizar o trabalho de base, também foi de suma importância.

Isso porque o gasto militar viabilizou associações entre empresas privadas e centros de pesquisa em redes de inovação que não seriam de forma alguma viáveis dentro de uma lógica de mercado, devido aos seus elevados custos, dificuldades técnicas, políticas e econômicas (custos de transação), além da altíssima incerteza associada à inovação. Defendemos que estas associações foram de suma importância para a criação dos departamentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) dentro das empresas americanas, o que deu a estas enormes vantagens competitivas na competição pelo mercado internacional, tanto de bens e serviços militares como civis.

Mas, para explicar como a sociedade americana aceitou manter enorme parte de seu orçamento público comprometido com enormes gastos na área militar, muitas vezes de utilidade duvidosa, vale compreender o que é e como se formou o Complexo Industrial-Militar. Este lobby envolve a associação entre interesses de grandes empresas fornecedoras de equipamentos

militares, políticos, burocratas e oficiais das Forças Armadas, que influenciaram fortemente o debate público e a definição das políticas do governo norte-americano durante a Guerra Fria, sempre no sentido de aumento e flexibilização do orçamento militar.

Ainda defendemos que este lobby não pode ser bem compreendido se não levamos em conta o papel dos centros de pesquisa e universidades dentro deste, que assim passa a ser denominado Complexo Industrial-Militar-Acadêmico. Pois foi a participação dos cientistas nos projetos militares financiados pelos gastos extraordinários que permitiu o pleno desenvolvimento das inovações que foram introduzidas neste contexto, ou seja, é principalmente através das universidades que o gasto militar pode ser visto não só como um desvio de recursos da esfera civil para a militar, mas como uma forma de política científica e tecnológica.

No terceiro capítulo buscamos entender como o país conseguiu financiar tais gastos partindo de um contexto de vigência das regras de Bretton Woods, que minavam a flexibilidade das políticas monetárias ao mesmo tempo em que restringiam o desenvolvimento pleno de um sistema financeiro privado internacional. Primeiramente apresentaremos os arranjos políticos que levaram os demais países do bloco capitalista a absorver os custos da política militar dos EUA até o final da década de 1960.

Em um segundo momento apresentaremos a interpretação de que a continuidade do financiamento dos gastos militares americanos a partir da década de 1970 só foi possível devido a uma série de decisões políticas do governo deste país. Com este objetivo , este governo se utilizou dos euromercados desenvolvidos na City londrina durante a década de 1960 e do Choque do Petróleo ocorrido em 1973 para, unilateralmente, mudar o sistema monetário e financeiro internacional de um regime de padrão-ouro, repressão financeira e câmbio fixo para outro dominado pelo dólar fiduciário, pelas finanças privadas globais sediadas em Wall Street e pelo câmbio flutuante.

Defenderemos através dos estudos de diversos autores que foi dessa forma que o governo norte-americano conseguiu se livrar das amarras de Bretton Woods e continuar a financiar seus elevados gastos militares, que geraram déficits tanto públicos como externos, ao mesmo tempo em que potencializou o seu poder monetário, através do maior grau de liberdade que o dólar fiduciário concedeu à política do Fed, além de impulsionar suas empresas transnacionais tanto

financeiras como fornecedoras de bens e serviços. Ou seja, os EUA usaram seu poder político para transferir para seus aliados-rivais do bloco capitalista os custos da intempéries financeiras do começo da década de 1970, ao mesmo tempo em que aumentou o próprio poder nas mais diversas frentes.

Para isso, na primeira seção, procuraremos analisar as condições históricas que levaram à crise de Bretton Woods e permitiram ao governo dos EUA implementar sua nova estratégia política global. Na seção seguinte exporemos as visões de três diferentes autores sobre os principais determinantes desse movimento, tentando comparar suas visões sobre a relação entre o Choque do Petróleo, a globalização financeira, o novo sistema monetário internacional e a metamorfose na hegemonia norte-americana.

Em nossa análise, partiremos da hipótese de que os EUA usaram seu poder político para deslegitimar as instituições multilaterais (FMI e OCDE, entre outras) que poderiam ter sido mobilizadas para conter o Choque, assim implementando uma estratégia que deslocou seus efeitos adversos para as demais potências capitalistas e para o terceiro mundo. Procuraremos relacionar essa estratégia com a transição unilateral do dólar conversível para o fiduciário, a desregulamentação da conta de capitais e a consequente mudança no regime monetário e financeiro internacional.

Dessa forma, tentaremos analisar como o governo norte-americano operacionalizou a transição para o regime financeiro global e privado que vemos ainda hoje e sua relação com a mudança no regime energético ocorrido no mesmo período. Para isso devemos compreender, em largos traços, o que levou os EUA a substituir sua declinante hegemonia industrial por uma hegemonia financeira e baseada no poder do dólar como moeda-chave do comércio internacional.

Capítulo 1

Antes de apresentar como o gasto militar se relaciona com o progresso científico e tecnológico no contexto específico dos EUA durante a Guerra Fria, temos de entender primeiramente a nova forma de guerrear que se tornou característica do capitalismo industrial e que foi a base no qual esta relação se assentou: a guerra total. Este é um conceito que passou por várias versões ao longo da história e foi trabalhado por autores das mais diversas áreas, mas que analisaremos com o objetivo de mostrar o mais claramente possível como as guerras dentro do sistema capitalista de produção podem acelerar e potencializar o progresso tecnológico e a inovação de uma forma que não seria possível em tempos de paz e, também, como isso só foi possível porque esta nova forma de guerrear moldou uma nova relação entre a atividade militar e a sociedade civil.

O conceito mais básico de guerra total é que este tipo de guerra supõe uma mobilização da totalidade dos recursos da sociedade em prol da atividade militar, o que pressupõe que a participação direta ou indireta no conflito não se limita às classes militares. Muitos autores apontam que a primeira guerra com estas características foi a Revolução Francesa, mas outros preferem apontar apenas a Guerra Civil Americana ou a Primeira Guerra Mundial como os primeiros exemplos de uma guerra total característica, mas discutiremos mais adiante as especificidades de cada um destes conflitos em comparação com a definição teórica apresentada.

Alguns acreditam que a melhor forma de mostrar qual é a especificidade deste tipo de guerra é compará-la à guerra na sua forma medieval típica. Neste tipo de conflito militar apenas um pequeno grupo de aristocratas e seus subordinados imediatos participam na contenda. Embora em muitos casos as populações das áreas mais próximas aos combates acabassem se envolvendo de alguma maneira, a maior parte das populações que viviam no território das “nações” em conflito continuavam com suas atividades econômicas cotidianas, muitas vezes sem nem tomar conhecimento de que uma guerra estava em curso.

Os recursos neste tipo de conflito são em geral muito limitados pela pequena capacidade dos Estados em formação de captar tributos junto a seus súditos/cidadãos. Os objetivos também são mais específicos que os da guerra total, normalmente se limitando à tomada de algum território e/ou possessão, ou resolver disputas entre casas nobiliárquicas rivais. Dessa forma, a guerra antiga na maioria das vezes acabava com acordos mútuos de cessão de terras e transferências de bens entre os lados perdedores e ganhadores, sem a necessidade de destruição do "Estado" perdedor.

1.1 Caracterização da guerra total

A guerra total se caracteriza pela ausência de todas estas limitações. Em primeiro lugar, a população envolvida diretamente nos combates na maioria das vezes é composta pela totalidade dos cidadãos considerados aptos para a atividade militar, o que normalmente inclui todos os homens adultos saudáveis, mas muitas vezes é estendida muito além deste grupo. Quase sempre, porém, são feitas exceções para pessoas consideradas essenciais para o esforço de guerra em suas funções civis, como políticos, cientistas, trabalhadores industriais especializados, gerentes e executivos industriais, mais tarde veremos porque estas funções são essenciais para a atividade militar (Hobsbawm, 1995)..

Para viabilizar esta mobilização de massas são criadas estruturas de alistamento militar obrigatório (conhecido em inglês por draft), o que supõe uma burocracia ampla e organizada, com ramificações em todo o território nacional. Também é importante notar que sociedades pré-industriais na maioria das vezes não podiam mobilizar suas populações de maneira tão intensa uma vez que a maior parte dos braços era necessária nos campos, produzindo alimentos e outros bens essenciais para as atividades tanto civis como militares. Ou seja, o alistamento obrigatório em massa só se tornou viável porque o volume de excedente produtivo alcançou tal patamar que parte significativa da população pode abandonar suas atividades produtivas e ainda assim existirão bens de consumo básicos suficientes para toda, ou a maior parte, das pessoas. E a própria possibilidade de conscrição dos cidadãos atesta a maior complexidade, abrangência e força do aparelho estatal.

Ainda assim, continuou sendo necessário que parte da população não se envolva diretamente no combate, mas estas pessoas de forma alguma podem ser consideradas excluídas do esforço de

guerra, pois dentro da guerra total se espera e se obriga que todos contribuam militar ou economicamente com o combate. A contribuição econômica muitas vezes veio na forma de grupos que em situações normais não seriam economicamente ativos, como mulheres, crianças e idosos, entrem para a força de trabalho, muitas vezes realizando trabalhos pesados normalmente performados por homens adultos.

Também é esperado que as famílias contribuam com o esforço de guerra ao reduzir ou eliminar totalmente o consumo de supérfluos, além da diminuição no consumo de bens básicos ao mínimo possível. Obviamente, esta parcela do esforço tem como objetivo aumentar o excedente de produtos disponível para consumo pelas tropas e também o direcionamento da economia nacional em prol da produção de bens militares, como será dito adiante. A diminuição no consumo das famílias pode ser obtida de duas formas, que na maioria das ocasiões foram utilizadas simultaneamente.

A primeira são os estímulos econômicos para redução do consumo através do sistema de preços. Isso ocorre uma vez que o aumento dos gastos públicos acima de qualquer patamar que possa ser compensado por tributação ou contração monetária, combinado à menor produção de bens disponíveis para a população civil, tende a gerar inflação destes últimos, o que diminui a renda real das famílias, dessa forma estimulando ou mesmo forçando a diminuição no consumo.

A segunda forma são estímulos ou obrigações legais para diminuição no consumo, o que normalmente inclui políticas de racionamento. Este tipo de política estipula quanto cada pessoa ou família pode consumir de bens específicos durante determinado período. Além disso, muitas vezes alguns produtos supérfluos são simplesmente tirados de circulação, sendo proibidos de serem produzidos e vendidos para população civil. Isto explica porque o esforço de guerra muitas vezes foi acompanhado do florescimento de um mercado negro que diminuía, mas não eliminava totalmente, a eficácia das políticas de racionamento.

Pelo lado da produção a situação não é diferente. Espera-se que os empresários, além de ceder seus funcionários substituíveis para o esforço de guerra, os substituam pelas pessoas fora da força de trabalho anteriormente mencionadas. Mais importante do que isso, porém, é o direcionamento da produção. As unidades produtoras de bens de consumo básicos devem direcionar o máximo possível de suas produções para atender às tropas na frente de combate.

Já as unidades produtivas mais complexas devem mudar totalmente seu foco ao procurar atender principalmente as demandas militares. Isso é mais claro no caso das indústrias produtoras tanto de bens de consumo como de bens de capital que por sua natureza tem uma flexibilidade muito maior do que a produção agrícola (predominante nas economias pré-capitalistas). São criados mecanismos para que estas industrias adaptem sua capacidade produtiva existente para a produção de bens industriais, o que em alguns casos não requer grandes esforços, mas em outros casos são alteração muito custosas. Além disso, os investimentos em nova capacidade produtiva também devem ser direcionados para produção equipamentos e bens de consumo militares, como armas e munições.

Assim como no caso do consumo, os governantes dispões de duas formas básicas para estimular esta transferência de capacidade produtiva da esfera civil para a militar. A primeira é através do sistema de preços, uma vez que a enorme demanda por bens militares tem efeito inflacionário sobre os preços destes. Como estes efeitos são mais intensos sobre esta categoria do que sobre os bens civis e os salários, os preços relativos são alterados de forma a aumentar a taxa de retorno da produção de armamentos, munições e equipamentos militares. Além disso, contratos militares oferecem altas taxas de retorno para investimentos nesta área, direcionando o capital disponível para estas aplicações.

Mas também foram usados métodos mais diretos e impositivos para garantir que a produção se direcione suficientemente para a área militar. Entre estes métodos está a intervenção ou mesmo estatização de setores considerados estratégicos. Além disso, mesmo em países tidos como mais liberais, o estado tende a participar mais diretamente da economia capitalista em épocas de guerra, uma vez que este é um monopsônio para as indústrias dedicadas à área militar e passa a ser o maior empregador da economia, ao pagar os salários de todos aqueles sujeitos ao alistamento obrigatório, dando-lhe um pode discricionário que seria impensável em muitos países em épocas de paz.

Para possibilitar o aumento dos gastos militares, o Estado pode lançar mão de várias frentes de financiamento, desde as mais tradicionais às mais heterodoxas (todo o capítulo 3 é dedicado ao estudo do financiamento do gasto militar no caso específico estudado). Entre as formas mais tradicionais está a elevação da tributação, através do aumento tanto da base tributária como das

alíquotas, a emissão monetária sem (ou com reduzido) lastro físico, o confisco de bens, ativos ou propriedades e o aumento do endividamento, tanto através de formas tradicionais, mas comumente por meio de "títulos de guerra", a serem pagos após o conflito (o que normalmente apenas ocorre em caso de vitória). O objetivo destas medidas é direcionar o máximo de recursos possíveis para o esforço de guerra, canalizando tanto o consumo excedente como a poupança da sociedade para este fim. Outra importante característica do capitalismo moderno que também é aproveitada pela guerra total é o intenso comércio internacional, pois assim o governo pode mobilizar não só os recursos internos da nação para o esforço de guerra, mas também recursos existentes em países aliados, que também são compelidos a participar deste esforço. Isso ocorre normalmente através da maior demanda que países beligerantes apresentam tanto para bens de consumo básicos como para armamentos e equipamentos militares, oferecendo enorme possibilidade de lucro para empresários de outras nações.

Mas a participação de um país neste tipo de comércio normalmente está ligada ao jogo político das alianças internacionais, dessa forma um país tende a só aceitar vender produtos para uma nação em guerra quando estas são aliadas ou, pelo menos, não são inimigas, uma vez que estes recursos podem vir a ser utilizados contra a nação vendedora caso estas entrem em guerra. Mas muitos empresários encontram maneiras de burlar estas restrições com vendas para países inimigos através do mercado negro.

O jogo político em torno do comércio internacional é uma das principais variáveis em guerras totais, uma vez que cortar o fornecimento de produtos essenciais e/ou armamentos é uma das formas de garantir a vitória em um conflito. Por outro lado, nações mais poderosas tendem a formar redes de alianças que garantam o fornecimento dos produtos que possam precisar ao longo de um eventual conflito, melhorando suas chances de vitória.

1.2 Custos sociais da guerra total

Ao falar dos aspectos econômicos da guerra total, não devemos nos esquecer das duríssimas penas que esta impôs para as populações dos países que se enfrentaram neste tipo de conflito, mais do que em qualquer forma anterior de guerra. Isso se deve à característica da guerra total de que toda o a população, seja ela civil ou militar, participa do esforço de guerra, desta forma passa a ser militarmente justificável ataques contra populações não combatentes.

Isso porque atacar as indústrias que fornecem armamentos ou até mesmo suprimentos à atividade militar passou a ser uma das formas mais eficientes de buscar vitórias nos campos de batalha. Como as indústrias estão normalmente incrustradas em áreas civis, estas passam a ser um importante alvo, principalmente depois da popularização do bombardeio aéreo, que potencializou mais do que qualquer mudança antes vista a mortalidade de civis em guerras (Hobsbawm, 1995). Também devemos lembrar que a economia capitalista industrial é marcada pela sua interdependência em redes de fornecedores e compradores, o que torna a maior parte das unidades econômicas do país um alvo potencialmente importante para dificultar o esforço de guerra de um país. Logo, a destruição da infraestrutura – energia, sistema de transportes, água, telecomunicações e até a produção de alimentos – do oponente passou a fazer parte das táticas da guerra moderna.

Não passou despercebido aos políticos e comandantes militares dos países beligerantes o forte efeito moral que estes ataques direcionados a áreas civis tem, muitas vezes gerando descontentamento na população em relação ao conflito suficiente para que tirem o apoio de seus governantes, minando o esforço de guerra e muitas vezes forçando o fim antecipado dos combates. Este tipo de estratégia passou a ser ainda mais importante com o advento de melhorias nos sistemas de transportes, que fizeram das tropas alvos mais difíceis por se locomoverem mais rapidamente, dessa forma tornando os alvos civis cada vez mais atrativos por serem mais fáceis de serem atingidos, em uma estratégia muitas vezes taxada como terrorismo.

Também é importante deixar claro que a imposição dos custos do esforço de guerra é altamente desigual, determinada pela gritante desigualdade de poder tanto político como econômico entre as classes sociais. Na maioria das vezes foram criadas formas mais ou menos diretas de isentar as classes mais abastadas do alistamento militar, desde pagamentos diretos para se livrar deste até exceções para profissões normalmente mais bem remuneradas e para empresários.

Além disso, as famílias trabalhadoras normalmente devem arcar com maiores preços para seus bens de consumo enquanto a renda familiar raramente aumentava significativamente (muitas vezes diminuindo), reduzindo seu poder de consumo. Já as classes mais abastadas tem uma parte muito menor de sua renda comprometida com o consumo, o que diminui tanto sua perda de poder

econômico pela inflação como seu sacrifício de consumo, situação potencializada pelo maior acesso ao mercado negro em casos de racionamento. Muito pelo contrário, a maior parte das guerras foram excelentes oportunidades de lucros para empresários, que puderam se aproveitar dos preços inflacionados de seus produtos, tanto para uso civil como militar. Além disso, o gasto militar forneceu uma demanda ávida por novos armamentos e disposta a pagar preços exorbitantes por estes, garantindo a lucratividade de novos investimentos, que aumentaram muitos patrimônios familiares.

Também é importante notar que uma das várias políticas dos países mais desenvolvidos que ajudam a diminuir as possibilidades de desenvolvimento no terceiro mundo são as restrições ao comércio internacional justificadas pela necessidade de resguardar tecnologias que possam vir a ter uso militar contra a nação, ou seja, o resguardo de tecnologias para uso exclusivo por empresas nacionais com a justificativa de resguardar a segurança nacional. Esse tipo de restrição oferece vantagem competitiva muito importante para as empresas dos países mais desenvolvidos em detrimento daquelas que tem como origem países subdesenvolvidos.

1.3 Primeiros casos históricos

Muito já se discutiu no meio acadêmico da história militar quanto a qual foi a primeira guerra total. Existe a interpretação de que vários conflitos da antiguidade podem ser considerados como primeiros exemplos de guerra total uma vez que as estratégias militares muitas vezes priorizavam alvos civis e a destruição da infraestrutura econômica da sociedade atacada. Além disso, grupos seminômades que varreram nações através da guerra e do saque devotavam todas as suas populações para a atividade militar, como no caso dos mongóis sob Gengis Khan e dos Hunos, entre outros. Mas partiremos da hipótese de que a guerra total só passou a ser possível pela mobilização da economia capitalista – e, também, a propaganda - para o esforço de guerra. Esta é uma hipótese mais adequada porque estes conflitos mencionados não se caracterizavam pelo conflito entre Estados complexos rivais, isto é, que podem conrtar com uma organização e eficiência econômica maior, em um território estabelecido de forma mais rigorosa.

Mas mesmo entre os conflitos modernos ainda há muita especulação em torno de qual pode ser considerada a primeira guerra total, seguem os principais exemplos deste debate:

1.3.1 Guerras Revolucionárias Francesas e Guerras Napoleônicas:

O primeiro caso citado por historiadores para uma guerra total moderna é a Revolução Francesa (1792-1802). Neste período a recém-inaugurada República Francesa se viu atacada em várias frentes por uma coalizão das potências absolutistas europeias e por uma forte insurgência interna formada por defensores do Antigo Regime. Com isso, os governos jacobinos se viram obrigados a utilizar todas as pessoas e recursos nos territórios que controlavam para defender a continuidade da Revolução. Como apontou Hobsbawm:

> *"No decorrer de sua crise, a jovem Repú*blica Francesa descobriu ou inventou a guerra total: a total mobilização dos recursos de uma nação através do recrutamento, do racionamento e de uma economia de guerra rigidamente controlada, e de uma virtual abolição, em casa e no exterior, da distinção entre soldados e civis. Só foi em nossa própria época que se manifestaram as tremendas *implicações desta descoberta." (Hobsbawm, 2009a, pg.118).*

Desta forma pode-se afirmar que este foi o primeiro conflito em grande escala no qual todos os recursos disponíveis foram mobilizados pelos dois lados beligerantes. Um bom exemplo é o alistamento militar obrigatório, que foi praticado pela primeira vez neste contexto pelos revolucionários, como mostra este trecho de decreto da Convenção Nacional Francesa de 23 de agosto de 1793:

> *"All Frenchmen are in permanent requisition for the services of the armies. The* young men shall fight; the married men shall forge weapons and transport supplies; the women shall make tents and clothes and shall serve in the hospitals; the children will make up old linen into lint; the old men will have themselves carried into the public squares and rouse the courage of the fighting men and *preach hatred against kings and the unity of the Republic."(*In: Gray, 1997, pg. 114).

Este trecho também mostra o caráter eminentemente ideológico desta guerra, que foi marcada pela forte oposição entre noções radicalmente distintas de liberdade. Como as vertentes em conflito não podiam coexistir dentro de um mesmo Estado francês, um dos grupos tinha de

eliminar totalmente o outro para ser considerado vitorioso. Esta característica de ser um conflito ideológico também trouxe outra característica da guerra total à tona, que é a propaganda política como forma de recrutar pessoas e convencê-las de entregar seu tempo, dinheiro e, possivelmente, até sua vida para que sua facção saia vitoriosa.

Mas existem alguns importantes argumentos indicando que as Guerras Revolucionárias Francesas não seriam uma guerra total típica, apesar de possuir algumas importantes características deste tipo de conflito. O principal destes argumentos é que não seria possível para os revolucionários franceses praticar uma guerra total porque a França ainda não era um país plenamente industrial, sendo predominantemente agrário. Por isso, o alistamento militar obrigatório e a mobilização centralizada de recursos para o conflito ocorreram plenamente apenas nas áreas urbana e, embora camponeses e proprietários de terras semifeudais tenham participado ativamente do conflito em muitos momentos, parte muito grande do campo francês não participou do esforço de guerra por nenhum dos dois lados, devido à estrutura muito menos flexível de uma economia predominantemente agrária.

Mais tarde, as Guerras Napoleônicas apresentaram também algumas características únicas da guerra total. Apesar da mobilização necessária de recursos em território francês nunca ter se equiparado ao período anterior, as tropas do Primeiro Imperador da França também convocaram para suas fileiras praticamente todos os cidadãos disponíveis considerados aptos para lutar, o que possibilitou formação de um exército de mais de um milhão de homens, de longe o maior da história ocidental até então.

Para conseguir mobilizar tantos franceses para o combate mesmo depois de décadas de guerra interna, o governo de Bonaparte continuou utilizando a propaganda revolucionária. Este artifício também foi utilizado nos territórios ocupados, para estimular insurgências populares contra os governantes absolutistas e em favor dos governos subordinados à França.

Mas talvez o mais interessantes destas Guerras foi que os países invadidos também fizeram uso de muitas estratégias que caracterizaram a guerra total e isso pode ser apontado como uma das principais causas da derrota final das forças francesas. O exemplo mais famoso foi a estratégia de terra arrasada utilizada pelos russos para dificultar o avanço das tropas napoleônicas em seu território. Esta estratégia consistia em abandonar vilas e cidades antes da chegada das

tropas invasoras, mas não sem antes queimar todos os bens e estruturas que não pudessem ser carregadas, impedindo que os invasores os utilizassem. Como os exércitos napoleônicos dependiam do saque dos territórios ocupados para mantimentos, uma vez que seu rápido avanço não permitia a criação de linhas de suprimentos, essa estratégia levou à falta de provisões para manter a campanha militar, o que foi agravado pelo forte inverno russo e levou em última instância à retirada das tropas francesas.

A população ocupada também resistiu à invasão francesa utilizando táticas que viriam a ser características da guerra total na chamada Guerra Peninsular. Neste conflito as forças de resistência espanhola lutaram contra as tropas deixadas por Napoleão e comandadas por seu irmão mais velho José Bonaparte utilizando emboscadas e pequenos levantes contra alvos específicos da ocupação, tirando vantagem do apoio popular e do conhecimento do terreno, em estratégias que viriam a ser conhecidas como de guerrilha, tanto urbana como rural. Embora não tenham tido sucesso absoluto, a resistência foi importante para minar o moral e a estrutura das forças francesas que acabaram por sucumbir às tropas enviadas pela Grã-Bretanha.

1.3.2 Guerra Civil Americana:

Grande parte dos historiadores concorda que os Estados Unidos da América usaram a estratégia da guerra total plenamente durante a Guerra de Secessão (1861-65). A participação deste Estado no conflito apresentou as mesmas características que o mundo havia visto na guerra civil francesa: i) mobilização da maior parte dos recursos disponíveis para a atividade militar; ii) recrutamento obrigatório de todos aqueles considerados aptos para lutar; iii) retórica ideológica com intensa propaganda para incentivar a maior participação; iv) destruição do antagonista como único fim aceitável do conflito.

Além disso, a mobilização de recursos pelo lado da União tinha características muito mais próximas à guerra total típica do que a revolução francesa e isso só foi possível porque o este país já era caracterizado como uma economia predominantemente industrial. Dessa forma os governantes puderam desviar grande parte da capacidade produtiva do país para a produção de armamento, munições e equipamentos militares para suprir a linha de frente do combate, o que ocorreu em escala nunca antes vista. As principais estruturas já existentes para uso civil, como transportes, indústrias, burocracias públicas, etc. tinham flexibilidade suficiente para desviar seus

esforços em serviço do combate. Além disso, mesmo a enorme população agrária do país pôde ajudar no esforço de guerra, ou enviando homens para a linha de frente e substituindo-os no campo por seus filhos, pais ou esposas, mas também produzindo mais alimentos que eram enviados para abastecer as linhas de frente ou as indústrias que ajudavam no esforço de guerra (Moore Jr., 1966).

Um dos resultados do conflito foi o enorme crescimento da burocracia do governo federal americano, que teve de ser ampliado para ajudar a gerir a mobilização de pessoas e recursos em direção ao combate. Além disso, neste conflito o Estado também foi obrigado a testar novas formas de financiamento de seus enormes gastos militares, que vieram a ser muito úteis em outros momentos.

A campanha que usou de forma mais clara e eficiente estratégias características da guerra total foi a Marcha ao Mar, comandada pelo general Sherman. Esta campanha se iniciou em Atlanta, Geórgia e continuou até a cidade portuária de Savannah, a maior cidade deste que era o estado mais industrializado da Confederação. Com esta campanha, o general pretendia abalar a infraestrutura civil industrial e de transporte dos confederados, dificultando o apoio às tropas do general Lee, que estava na linha de frente da disputa pela Virgínia. Inicialmente esta estratégia não havia sido aprovada pelo presidente Lincoln, por ter como alvos principais estruturas civis, mas logo o general Sherman o convenceu da importância de cortar as linhas de suprimentos e reforços que alcançavam a linha de combate, reforçando a noção de que em uma guerra moderna a diferença entre militares e não combatentes é cada vez mais tênue.

A dificuldade em considerar a Guerra Civil Americana como a primeira guerra total vem do fato de que a maioria destas estratégias só pode ser utilizada pelo lado vitorioso, a União, o que seria inclusive o principal motivo de sua vitória. Notou Hobsbawm:

> *"Os estados do norte, embora notoriamente inferiores em desempenho militar,* venceram por causa da superioridade em homens, capacidade de produção e tecnologia. (...) O triunfo do norte também era o triunfo do capitalismo americano *e dos Estados Unidos modernos." (Hobsbawm, 2009b, pg.224).*

Os Estados Confederados da América contavam com uma economia majoritariamente agroexportadora, sem grande base industrial, o que impedia a mobilização total dos recursos da sociedade em direção ao conflito.

A maior parte da economia da Confederação era formada por latifúndios monocultores voltados para a exportação, produzindo principalmente algodão para a indústria britânica. Este tipo de unidade produtiva dificilmente pode ser adaptada para a ajudar na atividade militar. A maior parte dos armamentos, munições e equipamentos militares dos confederados, ou era remanescente da União, ou era importada da Inglaterra. Como a agricultura para exportação tem uma produção pouco elástica, o país não tinha capacidade de aumentar consideravelmente suas exportações no curto prazo com o objetivo de conseguir importar mais armamentos.

Além disso, parte significativa da força de trabalho era escrava e, embora muitos destes tenham lutado no conflito, não podiam ser totalmente mobilizados para a frente de combate devido ao medo de que grupos grandes de escravos armados poderiam se rebelar contra seus proprietários. Dessa forma, os recursos tanto humanos como materiais que a Confederação podia mobilizar para o esforço de guerra eram muito limitados, dificilmente caracterizando uma guerra total (Moore Jr., 1966).

1.3.3 Primeira Guerra Mundial:

Já a Primeira Guerra Mundial pode ser considerada como o primeiro conflito em que ambas facções beligerantes utilizaram plenamente a estratégia da guerra total e isso só foi possível porque havia pelo menos uma potência industrial em cada uma das alianças (Alemanha na Tríplice Aliança e EUA, França e Inglaterra na Tríplice Entente).

Apesar de disputas territoriais terem sido o combustível do conflito, o ódio nacionalista era tão presente na Europa, principalmente entre Alemanha e França, que não havia outro fim possível para o conflito se não o da desistência incondicional e desmantelamento total de um dos Impérios em conflito, como de fato ocorreu com o Império Alemão no Tratado de Versailles, apesar da insistência em contra de Woodrow Wilson e Vladimir Lênin.

Nesta guerra os grandes impérios da época recrutaram todos seus cidadãos disponíveis e mobilizaram todos seus recursos por anos a fio, de forma que nunca havia sido vista na humanidade. A propaganda nacionalista foi a forma utilizada para convencer os cidadãos a irem para as trincheiras com o objetivo de matar em nome da pátria, que por si só não era uma noção muito antiga. A guerra também mobilizou o que havia de mais moderno na tecnologia do mundo para a atividade militar, com intenso uso de aviões, submarinos e inclusive dirigíveis. A guerra também inaugurou o uso de armamentos químicos, como gás mostarda e cloro, embora tenham tido uso limitado e principalmente contra alvos militares.

Outro fator importante foi que este conflito envolveu potências coloniais modernas, que ainda contavam com empresas transnacionais cujos tentáculos se espalhavam pelo mundo todo, o que fez desta a primeira guerra a ser considerada global. E isto apesar de que a imensa maioria dos conflitos se concentrou na Europa. O que tornou esta uma guerra realmente mundial foi a mobilização de recursos das colônias para ajudar no esforço de guerra dos grandes impérios da época, mesmo os países que não tinham colônias formais, como os EUA, puderam se aproveitar de suas empresas e tratados internacionais para conseguir desviar recursos de outros países para ajudar em sua participação no conflito europeu.

Dois exemplos interessantes ocorridos na Grã-Bretanha mostram a importância das estratégias de guerra total neste conflito. O primeiro foi uma crise política que derrubou o governo do Partido Liberal inflamada por reclamações de generais na fronte de batalha de que as munições de artilharia britânicas eram de má qualidade, o que estava levando a derrotas militares. O novo governo teve de criar um novo ministério voltado apenas para o planejamento da indústria de munições, para garantir que estas chegassem em número e qualidade suficientes para as unidades em combate.

Outro exemplo foi a maior necessidade de importação de alimentos pela Grã-Bretanha em vista da menor disponibilidade de braços na agricultura do país. Esta nação já era uma grande importadora de alimentos desde o século anterior, mas seu enorme poderio naval e vasto império ultramar sempre havia garantido um suprimento adequado de comida na metrópole, mas isto não foi o caso durante a Grande Guerra. Isso porque os generais alemães, percebendo esta vulnerabilidade britânica, ordenaram ataques submarinos indiscriminados contra embarcações

civis e militares inimigas, afetando os navios mercantes que importavam alimentos para a Inglaterra, fazendo com que a população da maior potência global sofresse de fome, o que afetou fortemente a moral popular e sua percepção quanto ao conflito.

Esta guerra teve escala tamanha que o Império Britânico, que começou o século XX como hegemonia mundial inconteste, ao fim do conflito já não controlava totalmente nem suas próprias colônias e estava com sua economia devassada pelas perdas humanas e materiais do conflito. Já os Estados Unidos, uma país que, embora já contasse com grande parque industrial e tivesse desafiado de maneira bem sucedida domínios europeus na América e na Ásia, tinha política predominantemente isolacionista e relativamente pouco envolvimento internacional, surgiu depois da guerra como a principal nação industrial do mundo, em grande parte devido à enorme demanda e desenvolvimento gerados pelo conflito, que pouco destruiu de capital norte-americano por ter sido disputado à grande distância.

Conclui Hobsbawm:

> *"(...) Contudo, se se tinha de travar a guerra em escala moderna, não só seus* custos precisavam ser levados em conta, mas sua produção – e no fim toda a economia – precisava ser administrada e planejada.
>
> Os governos só aprenderam isso por experiência própria durante a Primeira Guerra Mundial. Na Segunda, já o sabiam desde o começo, graças em grande parte à experiência da Primeira, cujas lições suas autoridades haviam estudado *intensamente." (Hobsbawm, 1995*, pg.53).

1.4 Segunda Guerra Mundial: Novo paradigma da guerra total.

Se a Primeira Guerra Mundial foi o primeiro exemplo claro de guerra total, a Segunda oferece o melhor de todos os exemplos da história humana de como Estados industriais conseguem mobilizar todos os recursos da sociedade para destruição total do inimigo. Os governos participantes já tinham estrutura muito maior e mais eficiente na gestão do esforço de guerra devido ao aprendizado com os conflitos anteriores, ao mesmo tempo a população já estava

familiarizada com a nova forma de guerra e já não se chocava tão facilmente com ataques sendo direcionados indiscriminadamente contra alvos civis (Hobsbawm, 1995).

Este conflito também foi o primeiro em que todas as potências envolvidas usaram combinações de Exército, Marinha e Aeronáutica nos combates, sendo que nas três Armas já estavam em serviço equipamentos mecânicos complexos como: tanques de guerra blindados, baterias antiaéreas, lança-foguetes, navios encouraçados, submarinos, porta-aviões, aviões de caça e bombardeiros. Para o fornecimento de todos estes equipamentos em número e velocidade suficiente para abastecer a linha de frente, os países conflitantes tiveram de dedicar todos os esforços possíveis para desenvolver e massificar vários ramos da indústria pesada, como siderúrgica, petroquímica, metalomecânica, etc.

Para permitir o pleno crescimento destas indústrias, os Estados em conflito lançaram mão de legislações criadas em conflitos anteriores que lhes davam o poder de desviar para setores mais estratégicos trabalhadores, maquinários e estoques de outras atividades consideradas menos essenciais para o esforço de guerra. Também foram utilizados uma série de subvenções, incentivos e mesmo investimentos públicos para garantir que o investimento necessário fosse realizado nos setores industriais essenciais. Além disso, alguns países utilizaram leis de recrutamento para levar mulheres e adolescentes para a força de trabalho (como a Grã-Bretanha), ou mesmo utilizaram trabalhadores escravos de territórios conquistados (como Alemanha e, principalmente, Japão).

Campanhas de propaganda em massa foram lançadas em praticamente todos os países envolvidos que demonizavam os oponentes e transformavam em heróis tanto aqueles cidadãos que deixavam suas vidas nos campos de batalha como aqueles que trabalhavam para garantir o esforço de guerra na agricultura e na indústria. Um exemplo deste tipo de propaganda está no seguinte trecho de discurso proferido pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill no rádio em 18 de junho de 1940:

> *"*There is another more obvious difference from 1914. The whole of the warring nations are engaged, not only soldiers, but the entire population, men, women, and children. The fronts are everywhere. The trenches are dug in the towns and streets. Every village is fortified. Every road is barred. The front line runs through the

factories. The workmen are soldiers with different weapons but the same courage.(*...)"(*Churchill, 1940).

Na Alemanha Nazista a propaganda teve um caráter ainda mais importante, sendo o fervor nacionalista e rejeição popular do Tratado de Versailles uma das principais bases do apoio da população ao governo autocrático de Hitler e ao esforço de guerra. Também foram muito importantes neste apoio o carisma do próprio Führer e a grande estrutura estatal montada pelo Ministro da Propaganda Joseph Goebbels, cargo que teve nesse Estado importância única na história.

Vale apontar que esta estrutura montada pela Alemanha foi inspirada no que já vinha sendo feito há pelo menos vinte anos por outra das potências em conflito: a União Soviética. O país socialista havia utilizado de propaganda massiva para estimular o participação no esforço de guerra desde a Guerra Civil Russa (1918-21) com imenso sucesso e vinha repetindo esta estratégia nos conflitos que se seguiram.

Além disso, a economia industrial planificada comandada por Stálin se mostrou uma das melhores se não a melhor adaptada para a guerra total, uma vez que mesmo em tempos de paz o governo já conseguia controlar todos os recursos do país e direcioná-los para o fim que acreditasse ser o mais adequado, que foi o que possibilitou a rápida industrialização do país, em uma época na qual se não se acreditava que isso seria possível. O melhor exemplo da eficiência da planificação estatal para o esforço de guerra foi a relocação da maior parte do parque industrial do país para o leste dos Urais conforme o exército alemão avançava sobre a porção europeia da URSS.

1.5 Segunda Guerra Mundial: Ciência e tecnologia a serviço da guerra total

Com o advento da Segunda Guerra Mundial também foi inaugurado um novo paradigma da guerra total, que supera o conceito apresentado no início deste capítulo. Aqui, além de todos os recursos humanos e materiais serem direcionados para o esforço de guerra, a atividade científica passa a ter papel central na atividade militar (Hobsbawm, 1995).

Se na Primeira Guerra Mundial as tecnologias mais modernas à disposição foram adaptadas para uso militar, isso já não foi suficiente no conflito global seguinte. As potências em conflito direcionaram os esforços de seus melhores cientistas para a criação de novas tecnologias para uso militar, assim garantindo uma vantagem enorme no campo de batalha, pois suas tropas possuíram armas que seus oponentes não só não possuíam, como nunca haviam antes visto. Era o nascimento da Estratégia da Arma Superior (Medeiros, 2003).

Esta nova dinâmica mudou totalmente a relação entre a academia e a indústria. Se antes a maioria das grandes descobertas era feitas por homens práticos ou engenheiros como conhecimentos apenas básicos das ciências naturais, agora a fronteira do conhecimento passou a desempenhar um papel decisivo nas empresas, que se associaram às universidades para poder fornecer aos seus clientes militares as novas tecnologias pelas quais estes estavam dispostos a pagar qualquer preço.

Pelo lado alemão, a grande maioria do vasto corpo científico do país foi colocado a serviço das Forças Armadas e procuraram desenvolver novos equipamentos que ajudassem no esforço de guerra. Dessa forma foi possível o desenvolvimento do primeiro avião a jato, que acabou sendo pouco utilizado, e o primeiro programa nuclear do mundo, embora este tenha tido pouco sucesso e ainda é muito disputado até que ponto este projeto esteve próximo de um armamento viável, apesar da participação de cientistas de altíssimo nível, como Werner Heinsenberg. Mais úteis foram a máquina de codificação Enigma, usada para encriptar as transmissões militares (embora esta tenha sido decifrada por um grupo de matemáticos britânicos) e o desenvolvimento do V-2, o primeiro míssil balístico do mundo, amplamente utilizado nos bombardeios à Grã-Bretanha. Afirma Medeiros:

> *"Com os mísseis alemães e com a bomba atômica, a penalidade decorrente de um atraso na corrida armamentista poderia ter consequências devastadoras. Para obter superioridade na busca de uma arma superior era necessário estender a fronteira tecnológica através do alargamento das comunidades científicas numa velocidade, dimensão e direção distintas das que decorreria da concorrência industrial. O projeto Manhattan foi o mais importante marco desta nova era." (Medeiros, 2003).*

De fato, o mais importante programa de desenvolvimento científico voltado para a atividade militar neste conflito foi desenvolvido pelo lado Aliado: o Projeto Manhattan, que inaugurou um novo paradigma tecnológico e, a partir de teorias que antes da Guerra não eram sequer consensuais dentro do meio científico, conseguiram desenvolver tanto um novo armamento com poder de destruição incomparável a qualquer outro já construído que mudou a forma de se fazer e pensar sobre guerra, como também uma nova tecnologia civil de obtenção de energia que viria a mudar a matriz energética de muitos países nas décadas seguintes (Medeiros, 2003).

Este projeto só pode ser colocado em prática devido à coordenação das Forças Armadas dos Estados Unidos, com autorização e financiamento garantidos pelo governo federal. Mas a operação só foi possível devido à ativa participação de diversos físicos que vinham desenvolvendo o que havia de mais moderno em seus respectivos campos, estes cientistas vinham de várias universidades tanto nos EUA como em outros países aliados (além de alguns que fugiram do Eixo).

As armas nucleares, inclusive, acabaram com a disputa de guerras totais entre grandes potências, uma vez que estas forneciam um poder de destruição tamanho que se utilizadas em conflitos com o objetivo de destruir o inimigo, em caso deste também possuir este tipo de arma, a escala da destruição potencial da guerra seria tão grande que afetaria toda a humanidade longos períodos, destruição esta que nenhuma população esteve disposta a enfrentar até o momento em que este texto é escrito. Mas, como veremos no próximo capítulo, o fim da guerra total nas grandes potências não acabou como a estreita relação entre atividade científica e militar, se não a intensificou ainda mais no conflito que veio a ser conhecido como Guerra Fria.

Capítulo 2

Durante a II Guerra Mundial houve uma mudança muito grande na relação entre as Forças Armadas norte-americanas e o setor industrial daquele país, essa transformação se deu no sentido de uma maior cooperação entre esses dois polos da economia não apenas no sentido do aumento da produção para suprir as necessidades militares, mas também no da submissão do desenvolvimento tecnológico dentro da indústria à lógica militar. Segundo Hobsbawm:

> *"*A guerra total sem dúvida revolucionou a administração. Até onde revolucionou a tecnologia e a produção? Ou, perguntando de outro modo, até onde adiantou ou retardou o desenvolvimento econômico? Adiantou visivelmente a tecnologia, pois o conflito entre beligerantes avançados era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornece-lhes armas eficazes e outros serviços *essenciais."(Hobsbawm, 1995*, pg. 54).

Com o final da Guerra, se tornou dominante dentro do Departamento de Defesa norte-americano (DoD, na sigla em inglês) a visão de que o sucesso militar depende enormemente do nível tecnológico dos armamentos de uma nação, visão prevalecente até hoje, conhecida como estratégia da arma superior. Para os oficiais militares, também ficou claro que a estratégia mais eficiente para obter armas mais avançadas era seguir o modelo utilizado na II Guerra, onde os militares contratavam indústrias ou universidades para desenvolver os projetos, mantendo dentro das Forças Armadas só aquilo que fosse estritamente necessário (Medeiros, 2003).

Muitos economistas e historiadores da tecnologia defendem a tese de que a continuidade desta estratégia durante a Guerra Fria, quando os enormes gastos militares americanos financiaram amplos projetos de pesquisa que envolveram universidades e empresas privadas transnacionais, foi de suma importância para o desenvolvimento subsequente da economia americana. Isso se deve ao entendimento de que estes gastos foram importantes para o desenvolvimento de estreitas relações entre a pesquisa científica dentro das universidades e a

produção industrial, o que teria acelerado o processo de endogeneização do progresso técnico dentro das empresas com o grande desenvolvimento dos departamentos de P&D das corporações norte-americanas.

Mas ainda há um grande debate envolvendo a efetividade do gasto militar para incentivar o desenvolvimento tecnológico. Mesmo dentro das correntes neoschumpeterianas, que assumem a endogeneidade do progresso técnico, há grandes divergências sobre que etapas do progresso técnico são endógenas à atividade econômica e também sobre quais delas podem ser influenciadas por políticas públicas. Além disso, grande parte desta corrente critica a pesquisa na área militar por ela ser, supostamente, menos produtiva do que aquela realizada no campo civil, desviando assim recursos que poderiam ser mais bem aplicados. No campo oposto, economistas de caráter mais liberal argumentam que os incentivos militares ao progresso técnico criam distorções neste que levam à ineficiência em relação ao progresso induzido pelo mercado, representando assim um enorme custo de oportunidade.

Neste capítulo procuraremos demonstrar que o gasto militar norte-americano durante a Guerra Fria foi importante para o desenvolvimento tecnológico posterior norte-americano. Além disso, procuraremos entender como isto se desenvolveu historicamente, partindo da ideia de que houve um rearranjo na relação entre as empresas, universidades e setor militar que ajudou a criar os departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das grandes empresas transnacionais norte-americanas, dessa forma contribuindo para a manutenção deste país como potência econômica e militar dominante no mundo até hoje.

Para isso, analisaremos nas próximas seções certos autores da literatura microeconômica que mostram os mecanismos de funcionamento do desenvolvimento tecnológico e inovação dentro de uma economia capitalistas. A partir destes, tentaremos entender se o gasto militar no período e país estudado pode ter contribuído de forma decisiva para a mudança no padrão de criação e difusão de inovações na economia norte-americana.

Com o fim de entender a dinâmica do CIMA, será necessário identificar como a introdução da lógica militar dentro das empresas e das universidades transformou a forma como estas atuavam. Desta forma, procuraremos analisar a metamorfose no processo de desenvolvimento tecnológico nos EUA induzida pelos grandes projetos militares orquestrados entre as

universidades e as grandes indústrias. Ou seja, em que sentido a estrutura do progresso técnico voltado para a produção de armamentos difere da lógica "normal" do progresso técnico induzido pelo mercado e como o primeiro pode levar a uma superação de dificuldades estruturais apresentadas pelo segundo.

Mas, antes disso, devemos primeiro entender rigorosamente o conceito de Complexo Industrial-Militar-Acadêmico para só depois podermos nos aprofundar nas causas e consequências deste fenômeno histórico. Começaremos isso com um breve relato de como o CIMA foi gerido dentro da sociedade americana durante as décadas de 1930 a 60.

2.1 Conceituação de Complexo Industrial-Militar-Acadêmico

O conceito de CIMA foi criado pelo senador norte-americano Willam Fullbright para melhor definir o conceito de Complexo Industrial-Militar (CIM) cunhado pelo presidente daquele país Dwight Eisenhower em seu discurso para a nação em 1961 (Medeiros, 2003). Nesse discurso o presidente queria mostrar sua preocupação com uma crescente articulação política entre militares e empresários do ramo bélico (incluindo seus fornecedores e parceiros) para pressionar o legislativo e o executivo por maiores orçamentos e maior liberdade para o Pentágono executá-lo.

A partir disso podemos entender o conceito de CIM elaborado por Roland (2007). Ele considera este como sendo, ao mesmo tempo, um discurso político e um fenômeno histórico. O fenômeno histórico é o *lobby* descrito por Eisenhower, ou seja, uma forte articulação de interesses entre poderosos grupos políticos, os empresários e os militares, que atuaram fortemente em Washington, notadamente entre as décadas de 1950 e 70, com o objetivo de aumentar os recursos para o DoD, principalmente para compra e desenvolvimento de novas armas e tecnologias bélicas.

O discurso político se formou a partir do discurso de Eisenhower, mas só ganhou força a partir da Guerra do Vietnã e com um sentido, em alguns momentos, diferente. Este discurso era um dos principais argumentos da oposição à Guerra, que acusava o governo dos EUA de sustentar este conflito do outro lado do mundo devido aos interesses de grupos empresariais e militares com forte poder em Washington. Estes grupos teriam grande interesse no conflito devido aos lucros e ao poder político que obtinham com este.

Tentando entender melhor a ideia do CIM como uma forma de *lobby*, Roland nos mostra que o próprio Eisenhower foi um grande defensor, entre as décadas de 1930 e 1950, da cooperação entre a indústria e as Forças Armadas que, segundo ele, era necessária para o fornecimento rápido e eficiente de armamentos em caso de conflito. Uma relação de proximidade no sentido cliente-produtor, onde o primeiro deveria informar o segundo das suas necessidades para ser melhor satisfeito.

Esta cooperação, porém, havia chegado a um ponto onde os interesses da indústria e dos militares se harmonizaram, pressionado conjuntamente os parlamentares para aumentar cada vez mais o orçamento de defesa, mesmo nos momentos de paz, inviabilizando a política de contenção fiscal. Essa era a ideia que Eisenhower chamava de "Delta do Poder" que era a concentração do poder político nas mãos das elites empresariais, no alto oficialato militar e no Congresso, restringindo o raio de ação do executivo.

Para Eisenhower esse *lobby* assumia um caráter nefasto uma vez que feria o princípio constitucional de controle civil dos militares. Esse princípio tem importante lugar na ideologia liberal norte-americana, uma vez que é a garantia de que uma instituição autoritária como o Exército pode funcionar dentro de uma institucionalidade democrática, ou seja, a garantia de que os militares só podem atuar dentro dos limites estabelecidos pelas autoridades civis democraticamente eleitas. Mas, para isso ocorrer, os militares não podem compor uma parcela grande da sociedade (ou de seus interesses organizados), uma vez que isso os levaria a poder interferir significativamente nas decisões das autoridades civis, rompendo sua subordinação.

Essa interferência dos militares na política através da associação de seus interesses com a indústria minaria a função do presidente de Comandante em chefe das Forças Armadas. Os perigos representados por esta deturpação estão na diferença entre os interesses das militares e da população civil nos momentos de paz, assim o CIM tenderia a manter os interesses militares de aumento contínuo da estrutura de defesa do país acima de todas as outras prioridades.

Essa era a situação denominada *garrison state,* onde as preocupaões com segurança sobrepõe todas as outras, fazendo com que os cidadãos elejam como seus líderes pessoas especialistas em segurança, tanto militares como civis especializados na área bélica (nos EUA eram representados principalmente por *think-thanks,* como a RAND Corporation). Na Guerra Fria, isso era

justificado pela existência permanente do perigo soviético, mas, segundo Eisenhower, esta Guerra seria vencida no longo prazo, não apenas com armamento, mas também com desenvolvimento econômico e social, que seria minado pela execução contínua de programas fiscais expansionistas exigidos pelo CIM.

Dessa forma, para Eisenhower, o maior perigo representado pelo CIM era que os EUA procurassem ganhar a Guerra Fria utilizando mecanismos autoritários, assim se aproximando da União Soviética. Esse perigo se devia à subordinação do governo democrático a uma instituição por natureza não democrática, as Forças Armadas, nas palavras do próprio Eisenhower:

> *"If you let defense spending run wild, (...) you get inflation ... then controls ... then a garrison state ... and then we've lost the very values we were trying to defend" (In: Roland, 2007, pg. 339).*

Uma forma de discurso político anti Guera do Vietnã envolvendo o CIM apresentada por Roland é particularmente interessante, a mais ligada à visão marxista. Esta visão enxerga o governo capitalista como uma entidade sujeita constantemente a pressões de classes economicamente mais poderosas, sendo o *lobby* do CIM apenas um caso particular desta constante. Dessa forma, a militarização é uma forma da elite dominante apoiar um setor que oferece grandes oportunidades de lucro.

Esse setor é particularmente atrativo pois é oligopolizado, levando a altas taxas de lucro, além disso, ao produzir meios de destruição, ele gera sua própria demanda. Apesar de ser um monopsônio, o demandante único (governo) pode ser politicamente controlado. Além disso, tecnologias ultrapassadas podiam ser vendidas para outros países, levando a grandes ganhos com a obsolescência programada.

Desta forma, essses autores procuram demonstrar que o CIM é mais um caso que mostra que o capitalismo precisa se expandir para se sustentar, se apoiando no imperialismo para a busca de novos mercados. Para isso eles contrariam a ideia de Eisenhower de que o gasto militar seria ruim para o desenvolvimento capitalista no longo prazo, deixando à mostra não apenas a cega confiança do presidente nas teorias macroeconômicas ortodoxas, mas também sua falta de percepção do papel que os cientistas desempenharam no CIM, transformando-o em Complexo

Industrial-Militar-Acadêmico.

Roland mostra que Eisenhower percebia o papel dos cientistas dentro do CIM e alertava que isso poderia acabar com a independência das universidades em relação ao governo, tornando-as dependentes do financiamento advindo dos grandes projetos militares. Isso está expresso na frase do presidente que sintetiza o que era, para ele, o CIM:

> *"the Congressman who sees a new defense establishment in his district; the company in Los Angeles, Denver, or Baltimore that wants an order for more airplanes; the services which want them; the armies of scientists who want so terribly to test their newest view… Put all these together, and you have a lobby." (In: Roland, 2007, pg. 337).*

Entretanto, também mostra que Eisenhower era muito próximo de sua cúpula científica, sendo ele o presidente responsável pela criação de vários importantes orgãos científicos governamentais como o President's Science Advisory Committee (PSAC), Advanced Research Projects Agency (ARPA) e a National Aeronautics and Space Administration (NASA). Essa proximidade pode tê-lo impedido de colocar os cientistas junto aos industriais e militares ao criticar o CIM, porém pode também tê-lo impedido de ver o importantíssimo papel que as inovações científicas e tecnológicas ocasionadas pelo gasto militar podem ter sido de suma importância para o progresso técnico da indústria americana.

2.2 Histórico de formação do CIMA

A relação entre os militares e o setor de produção civil não é recente, desde os primórdios da civilização as tropas beligerantes necessitavam de se abastecer com alimentos, vestuário, animais e armamentos fornecidos por produtores civis. Mas essa relação era estabelecida de forma muito diferente da que se criou com o desenvolvimento do capitalismo industrial que permitiu a chamada guerra total.

A partir da formação dos exércitos regulares até o século XIX, quando uma nação entrava em guerra, apenas os militares e uma parte marginal (alguns membros do governo, recrutas civis e

pessoas que trabalham na produção de armas) da população civil tinham sua vida drasticamente afetada pelo conflito. A maioria da população seguia com sua vida normalmente, até porque, a sociedade precisava de quase todos os braços disponíveis para a produção de alimentos e a própria reprodução da sociedade, principalmente em algumas épocas do ano, como durante a colheita.

Essa situação mudou com a guerra total, ou seja, a guerra onde toda, ou a maior parte, da sociedade se mobiliza para o esforço de guerra. Já se pode falar em algumas características de guerra total na Revolução Francesa e na Guerra Civil Americana, mas com certeza esta só atingiu sua plena execução no século XX com a I Guerra Mundial. Ela só possível porque a economia industrial permitiu que boa parte da população em idade militar pudesse ser dispensada do trabalho e ir para o combate sem excessivo prejuízo da produção de alimento e de outros bens necessários para a reprodução da sociedade. Ela também permitiu uma mobilidade do processo produtivo que possibilitou a conversão de plantas e trabalhadores de setores totalmente diferentes para a produção bélica.

Com isso a guerra total possibilitou que a população masculina válida e em idade militar fosse convocada para as forças armadas, que as mulheres e demais trabalhadores assumissem seus postos na indústria. Nesse momento vários ramos da produção civil se convertem para a produção de material bélico e de seus insumos. Além disso, o planejamento econômico induz toda a economia a funcionar em função da guerra, com jornadas alongadas e racionamento de alimentos e vestuário. Mas isso exigiu uma capacidade de planejamento estatal da economia sem precedentes no mundo capitalista:

> *"Mas a produção também exigia organização e administração* – mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas de maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães. Falando em termos mais gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem e tinha de ser conscientemente organizado e admi*nistrado." (Hobsbawm, 1995*, pg.54).

Ou seja, os governos precisaram criar uma capacidade de organização que não tinha paralelo em nenhuma instituição civil, por isso eles tiveram de se inspirar nos militares e aderir

aos seus métodos de controle organizacional para gerir o país e garantir que todos os recursos possíveis estavam sendo investidos no esforço de guerra, pois na guerra total a própria sobrevivência do Estado-nação estava em jogo no conflito, dessa forma justificando qualquer gasto para obter a vitória, sem qualquer cálculo de custo-benefício.

Durante a II Guerra Mundial os governos envolvidos já tinham uma estrutura muito melhor e mais adaptada às necessidades de planejamento exigidas por uma guerra total, principalmente graças ao aprendizado que a participação na I GM ofereceu. Além disso, o conflito anterior havia mostrado o quão importante era a superioridade tecnológica dos armamentos para a vitória militar. Essa realização veio da ampla experimentação com novas formas de armamentos durante a I GM, foi nesse conflito onde foram introduzidos pela primeira vez o avião, o submarino, o tanque de guerra e as armas químicas. A maioria dessas invenções não foi tão útil durante o conflito, mas seu desenvolvimento posterior mostrou o quão importantes elas poderiam ser e esse potencial não passou despercebido pelos generais.

Logo, a necessidade de investir pesadamente em desenvolvimento tecnológico de armas se apresentou claramente durante a II GM, mesmo antes do conflito os países beligerantes já haviam investido grandes somas de recursos com esse fim, para isso empregando os mais brilhantes cientistas da época em projetos militares. Como apontou Hobsbawm:

> "Não fosse pela Segunda Guerra Mundial, e o medo de que a Alemanha nazista explorasse as descobertas da física nuclear, a bomba atômica certamente não teria sido feita, nem os enormes gastos necessários para produzir qualquer tipo de energia nuclear teriam sido empreendidos no século XX. Outros avanços tecnológicos conseguidos, no primeiro caso, para fins de guerra mostraram-se consideravelmente de aplicação mais imediata na paz – pensamos na aeronáutica e nos computadores – mas isso não altera o fato de que a guerra ou a preparação para a guerra foi um *grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, "carregando"* os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos em tempos de paz, ou teriam sido feito*s de forma mais lenta e hesitante." (Hobsbawm, 199*5, pg.54).

O Projeto Manhattan, o programa de pesquisa nuclear norte-americano que resultou na criação das bombas atômicas lançadas sobre o Japão em 1945, foi o primeiro grande projeto de pesquisa americano com fins militares e anunciou o que estava por vir quanto ao desenvolvimento futuro do CIMA. Ele contou com a participação de diversos cientistas de universidades distantes (incluindo alguns estrangeiros convocados especialmente para este projeto) que trabalharam juntos durante anos para desenvolver a bomba atômica. Para isso eles contaram com recursos praticamente ilimitados e puderam assumir riscos hoje inimagináveis, porém trabalharam sobre uma enorme pressão por parte do governo que queria uma arma funcional no mínimo de tempo possível para garantir que os alemães não o conseguissem fazer antes, sendo que as consequências de tal fato seriam desastrosas para todo o esforço de guerra dos Aliados.

Com o sucesso do Projeto Manhattan e a vitória na II GM, o governo aceitou uma colaboração cada vez mais intensa entre as universidades, as empresas bélicas e os militares. Isso se deveu à Guerra Fria e sua corrida armamentista, dentro da lógica deste "conflito" as duas potências investiam pesadamente em armamento apenas para garantir que não ficariam atrás da outra e, dessa forma, o risco de conflito teoricamente passaria a existir. Dentro da corrida nuclear isso ficou conhecido como Destruição Mútua Assegurada (MAD, na sigla em inglês), ou seja, os dois países poderiam destruir o outro em caso de conflito nuclear e por isto este nunca aconteceria.

Mas, para garantir que os soviéticos não ultrapassariam seu poderio bélico, o governo americano teve de investir pesadamente em tecnologia, uma vez que eles sabiam que do outro lado do Atlântico isto também estava acontecendo e o governo da URSS tinha total controle sobre seu setor científico e tecnológico, além de ter a capacidade (que, de fato, foi utilizada) de dirigir todos estes recursos para a tecnologia bélica.

Usando o modelo que haviam desenvolvido durante a II GM, os militares estadunidenses contrataram para desenvolver seus projetos militares empresas privadas especializadas nos setores de alta tecnologia da época. Estas empresas, porém, trabalhavam em estreita cooperação com laboratórios de universidades de ponta financiados pelo governo federal. Foi dessa forma que os interesses da elite científica, do oficialato militar e do empresariado do setor bélico e seus

fornecedores se uniram e criaram assim o lobby por cada vez maiores gastos militares que compôs o CIMA.

Esse grupo era fortemente representado em Washington, tanto pelo DoD e as conselheiros militares do presidente, pelas grandes agências científicas federais (National Science Foundation, NASA, ARPA e PSAC) e pelas agências de lobby e think-thanks financiados pelos empresários interessados no setor bélico. Esses grupos de interesse angariaram bastante apoio por parte de congressistas e senadores que também se beneficiavam de gastos militares em seus colégios eleitorais, além de receberem generosas doações dos supramencionados empresários, com isso se formou o "Delta do Poder" mencionado por Eisenhower.

2.3 Grandes projetos dentro do CIMA

O CIMA foi turbinado durante as décadas de 1940 a 60 por vários grandes projetos que, assim como o Manhattan, uniram cientistas de várias universidades e centros pesquisa públicos e privados, assim como pesquisadores das próprias forças armadas, em um programa único de pesquisa. Isso exigiu grandes gastos, assim como grandes esforços de coordenação entre unidades geograficamente distantes, dessa forma criando redes de desenvolvimento tecnológico sem paralelo no mundo e que nunca teriam sido possíveis se dependesse apenas do setor privado (Cypher, 1984).

Isso levou a uma transformação estrutural no setor de alta tecnologia norte-americano uma vez que esses passaram a contar com redes de colaboradores nas universidades, o que por sua vez levou a uma enorme conversão de pesquisa de base em tecnologias aplicáveis tanto civil quanto militarmente. Isso levou a um desenvolvimento sem igual tanto do nível tecnológico das forças armadas norte-americanas, mas também da capacidade de criação das empresas privadas deste país. Medeiros cita dois importantes exemplos deste tipo de projeto:

O projeto Semiautomatic Ground Enviroment (SAGE) foi um extenso e multimilionário projeto aprovado em 1949 com o objetivo de "preparar os EUA para um eventual ataque de bombardeios de longa distância". Esse projeto acabou por se tornar totalmente inútil do ponto de

vista militar, uma vez que, quando o projeto ficou pronto, o míssil balístico intercontinental (ICBM) já era uma ameaça muito maior do que os bombadeios. Mas, do ponto de vista tecnológico, este projeto foi importantíssimo.

Isso porque foram necessários grandes esforços conjuntos de laboratórios de grandes universidades (como MIT, Harvard, Princeton e Caltech) em parceria com empresas multinacionais (como Bell e Polaroid). Com isso, foram feitos vários avanços em comuicação e administração para ser possível a coordenação entre o trabalho de vários laboratórios a grande distância, este desenvolvimento representou um grande avanço no uso dos computadores como centro de processamento de informações o que acelerou vários avanços posteriores da tecnologia da informação.

Já o projeto ATLAS foi um bem-sucedido, mas gigantesco, projeto de mísseis intercontinentais. Este projeto teve como grande dificuldade a administração da imensa gama empresas contratas (17) e sub-contratadas (200), somando mais de 70 mil funcionários. A solução criada foi um sistema de competição entre os fornecedores, porém para isso foram necessários desenvolvimentos em vários campos, desde o processamento de dados até a estrutura contratual.

Capítulo 3

No capítulo anterior apresentamos o Complexo Industrial-Militar-Acadêmico, sua formação, seu desenvolvimento e como ele se tornou uma das principais sustentações do progresso da ciência e tecnologia nos Estados Unidos, possibilitando às empresas transncaionais deste país posição extremamente vantajosa na disputa internacional pela criação de novas tecnologias.

Neste capítulo tentaremos entender como tal empreendimento foi financiado. Como já apontamos, o CIMA foi uma forma do governo manter e justificar perante a população americana um elevado nível de gastos militares, incluindo investimentos em empreendimentos com retorno de longuíssimo prazo, sem grandes preocupações quanto aos custos ou aos riscos envolvidos em cada empreendimento. Com isso, o governo americano teve de manter durante um grande período de tempo nível de gastos sem paralelos no mundo capitalista e não havia como isto ser financiado apenas com impostos ou mesmo recursos internos, ou seja, houve a da manutenção de um enorme um enorme déficit tanto público como externo.

A pergunta que surge neste momento é como foi possível que os Estados Unidos mantivessem tal desnível em suas contas, como estes déficits eram financiados?

A partir do trabalho de Spiro (1999) entendemos que este objetivo foi alcançado a partir do uso pelo governo norte-americano de seu poder político e econômico em caso específico: o choque do petróleo e a reciclagem dos petrodólares em meio à crise dos "anos dourados". Para isso lançamos um novo olhar sobre as contribuições de diversos autores que analisaram as mudanças ocorridas no sistema monetário e financeiro internacional entre as décadas de 1960 e 1980.

Neste sentido, na primeira seção, procuramos analisar as condições históricas que levaram à crise de Bretton Woods e permitiram ao governo dos EUA implementar sua nova estratégia

política global. Na seção seguinte expomos as visões de diferentes autores sobre os principais determinantes desse movimento, tentando comparar suas visões sobre a relação entre o Choque do Petróleo, a globalização financeira, o novo sistema monetário internacional e a metamorfose na hegemonia norte-americana.

Desta forma, partiremos da hipótese de que o gasto militar foi um dos principais causadores do déficit público americano e tentaremos explicar sucintamente porque ele cresceu continuamente no período da Guerra Fria e acabou por criar grandes problemas para as contas públicas norte-americanas de forma a exigir uma solução fora das amarras de Bretton Woods.

3.1 Contextualização Histórica

Nesta seção procuraremos expor sucintamente o contexto histórico no qual teve lugar a crise do Sistema de Bretton Woods, o Choque do Petróleo e a globalização financeira. Na primeira parte mostraremos as principais características dos "anos dourados" e como eles foram possíveis. Na segunda parte mostraremos as contradições inerentes a Bretton Woods e como elas levaram à crise desse Sistema. Na terceira parte mostraremos os principais fatos que envolveram a crise de Bretton Woods, o Choque do Petróleo e a operacionalização (ou não) de um novo sistema financeiro internacional.

3.1.1 Características gerais do Sistema de Bretton Woods:

Durante o período do pós-guerra havia um consenso entre os governos ocidentais de que uma política orientada pelo laissez-faire não poderia ser repetida uma vez que a voracidade do capitalismo livre levaria inexoravelmente a mais crises e que essas, se não fossem devidamente combatidas, poderiam levar a novas aventuras totalitárias. Dessa forma Bretton Woods foi criado como um sistema que procurava garantir a estabilidade ao comércio internacional através do sistema de taxas fixas ao mesmo tempo em que dava aos governos grande margem de manobra para execução de suas políticas econômicas. Isso porque, durante o período no qual este Sistema vigorou, houve uma generalização da noção keynesiana da função do Estado na regulação e assistência econômica, assim os governos do mundo todo passaram a perseguir constantemente um aumento de seu produto interno através de políticas de estímulo ao consumo e ao investimento (Belluzzo, 1995; Gilpin, 2002).

Em teoria, a estabilidade do Sistema estaria resguardada pelo padrão-ouro, pois este estabelecia que todas as moedas deveriam ser conversíveis em dólar a uma taxa fixa e este conversível em ouro a taxa de US$35,00 a onça. Tal conversibilidade era vista como uma âncora das expectativas do mercado quanto às taxas de câmbio futuras, estimulando assim o comércio e o investimento internacionais. Em teoria, países com déficits na Balança de Pagamentos poderiam recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, no caso de desequilíbrios "fundamentais", poderiam ser realizados ajustes nas taxas de câmbio. Embora a conversibilidade tenha sido praticada apenas por um período curto de tempo, mesmo assim de forma não totalmente generalizada, e os empréstimos e ajustes cooperativos no câmbio através do FMI tenham sido instrumentos muito pouco utilizados, estes elementos funcionaram durante a maior parte do período de vigência do Sistema como as âncoras da estabilidade do comércio internacional (Gilpin, 2002; Gowan, 2003; Helleiner, 1994).

Devido à crescente aceitação de que a total liberdade do sistema financeiro seria incompatível com o câmbio fixo e a autonomia da política monetária, os EUA e as demais potências capitalistas, visando objetivos geopolíticos mais amplos, adotaram uma postura favorável aos controles de capitais que visassem canalizar os fluxos financeiros para atividades produtivas. Assim foram criadas várias restrições tanto às ações dos bancos, delimitando as áreas nos quais estes poderiam atuar, quanto aos mercados de títulos, procurando impedir ganhos com especulação, principalmente ao restringir os mercados secundários (Gowan, 2003; Helleiner, 1994).

A construção de um Sistema baseado na cooperação internacional para o desenvolvimento conjunto dos países capitalistas só foi possível devido à situação histórica muito específica na qual o mundo se encontrava. Tal especificidade foi fruto direto da II Guerra Mundial que fez com que a maioria dos governos europeus perdessem seu poder e fossem substituídos no pós-guerra por governos com bases totalmente diferentes, assim estes governos se encontravam muito fragilizados e buscando apoio em todas as camadas sociais. Ao mesmo tempo, o socialismo era visto como uma alternativa válida para o capitalismo tanto na Europa quanto na Ásia, isso criava para os EUA a necessidade de proporcionar um ambiente internacional favorável para que os seus aliados prosperassem dentro do capitalismo e assim afastassem suas populações dos partidos socialistas radicais (Fiori, 1998; Hobsbawm, 1995).

Dessa forma, foi criado um cenário onde, para o governo dos EUA, se mostrava interessante sacrificar seus interesses econômicos imediatos em prol de interesses políticos de mais longo prazo. Num primeiro momento isso se materializou na forma como o governo americano inicialmente utilizou os empréstimos a baixos juros e doações dos planos Marshall e Colombo para cumprir sua função de provedor de liquidez. Após a reconstrução europeia e japonesa, o governo americano passou a exercer essa função ao aceitar contínuos déficits no seu BP, que enfraqueciam sua indústria (ou, pelo menos, as sediadas em solo estadunidense).

Os outros países do bloco capitalista, por sua vez, aceitavam absorver este déficit americano em troca de sua segurança, devido a que os EUA possuíam gastos militares muito maiores que dos outros países, mas os beneficiava com isso através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Dessa forma se configurou uma situação onde, embora os EUA tenham aceitado, por razões que exploraremos na terceira seção, conviver com contas públicas que se tornaram cronicamente deficitárias, os outros países do bloco capitalista aceitaram, parcialmente, submeter suas capacidades de defesa ao Pentágono (Belluzzo, 1995; Gilpin, 2003).

3.1.2 Contradições do Sistema de Bretton Woods:

Uma das contradições fundamentais do Sistema de Bretton Woods foi apresentada pelo economista Robert Triffin em 1960. Ele mostrou que os EUA, para exercer sua função de prover liquidez para o resto dos países, deveria apresentar um contínuo déficit no seu BP. O problema está em que a base do Sistema estava na equivalência fixa do dólar com o ouro, dessa forma, o aumento perene da quantidade de dólares no mundo causado pelo déficit americano deveria ocorrer junto com um aumento proporcional nas reservas de ouro do Banco Central americano (Federal Reserve ou Fed). Esse não era o caso, então, previu Triffin, a partir de certo ponto a confiança no dólar seria abalada pela desconfiança internacional na capacidade do Fed de pagar uma onça de ouro para cada US$35,00 que os demais países queiram depositar. Naquele momento o Federal Reserve ainda possuía grandes reservas de ouro em comparação com o montante de dólares no mercado, o que fez o aviso de Triffin passar despercebido (Gilpin, 2002).

Os aportes iniciais de capital proporcionados pelos planos Marshall e Colombo, combinados com a exportação de capitais por parte das empresas norte-americanas propiciaram a rápida reconstrução das economias europeias e asiáticas destruídas pela II Guerra Mundial, com

especial destaque para Alemanha e Japão. Esse crescimento foi sustentado num momento seguinte pelo contínuo déficit externo dos EUA (resultado de sua política macroeconômica e do gasto militar) conjuntamente com os ganhos de produtividade associados com a generalização do modelo fordista de produção na indústria dos países reconstruídos. Tal movimento foi fortemente apoiado pela estrutura formada por governos, patrões e sindicatos, chamada "Arranjo triangular" por Hobsbawm (1995). O resultado final foi a consolidação de indústrias altamente competitivas no eixo Alemanha-Japão que, amparadas também pelo câmbio favorável, inundaram o mercado americano com seus produtos (Belluzzo, 1995; Gowan, 2003; Hobsbawm, 1995)

A partir da década de 60 o mundo contava com várias empresas, em geral registradas em países minúsculos recém-independentes, que davam grande liberdade aos negócios e cobravam poucos impostos: as empresas offshore. Esse movimento levou a uma busca global por brechas que permitissem maior liberdade para as operações financeiras, seu resultado foi a descoberta de brechas na legislação britânica que permitiam à filiais de instituições financeiras estrangeiras atuar com bastante liberdade em território inglês. Por isso, a famosa City londrina se tornou um grande centro offshore onde filiais de instituições financeiras norte-americanas operavam com milhões de dólares originados nas compras americanas no exterior, principalmente para custear a Guerra do Vietnã e as várias bases americanas no exterior. Enquanto isso, tanto o governo britânico como o norte-americano não fizeram esforços para regular esta crescente circulação, denominada euromercado. Esses dólares, cujo crescente volume acompanhava o déficit americano, passaram a circular quase que livremente na City londrina e nos vários mercados offshore,eles foram chamados de eurodólares e tinham como fim principalmente o crédito de curto prazo (Gowan, 2003; Hobsbawm, 1995; Helleiner, 1994; Spiro, 1999).

Em qualquer sistema onde todas as moedas têm suas taxas de câmbio expressas no valor de troca com outra moeda única existe uma barganha envolvida: o país cuja moeda é o denominador do sistema não pode alterar sua taxa de câmbio, mas também não precisa se preocupar com déficits no seu BP, pois este será financiado pelos demais através da inflação de suas moedas. No final da década de 60, o déficit no BP norte-americano se mostrava insustentável, os europeus e japoneses até aquele momento haviam suportado as pressões inflacionárias decorrentes de tais déficits por estes serem benéficos para suas indústrias e por motivos estratégicos, uma vez que os EUA eram os responsáveis pela defesa do bloco capitalista.

Por isso eles mantinham um acordo tácito de não cobrar o ouro que seus dólares lhes dariam direito perante o Fed e assim financiar o déficit americano (Gilpin, 2002).

Mas os gastos militares com o agravamento da Guerra do Vietnã, além daqueles gerados pelo programa Great Society, implementado por Lyndon Johnson, levaram a uma perda da confiança global na capacidade futura de Washington em manter o dólar como moeda internacional. Isso se devia à inflação mundial galopante originada tanto por esses gastos, como também pelas políticas de estímulo de governos de outros países, devido ao sistema de taxas fixas. Enquanto os europeus culpavam os gastos americanos, os EUA, por sua vez, culpavam as políticas agressivas de exportação de europeus e japoneses por seus déficits. Mas já era muito forte na Europa o discurso pelo fim do domínio do dólar, assim como alguns governos, notadamente o francês, passaram a exercer com mais frequência seu direito de trocar dólares por ouro e assim diminuíram substancialmente as reservas norte-americanas (Belluzzo, 1995; Gilpin, 2002; Gowan 2003).

3.1.3 Crise do Sistema de Bretton Woods

Nesse cenário onde o futuro do dólar na economia mundial era colocado constantemente em questão, o governo norte-americano chefiado por Richard Nixon, tomaria, em 1971, a decisão que acabou por levar ao sepultamento do Sistema de Bretton Woods, em prol de uma solução unilateral para o dilema de Triffin. O famoso ato do governo foi, unilateralmente, eliminar a conversibilidade do dólar em ouro, assim gerando uma desvalorização do primeiro. Sua justificativa foi a de que os EUA sofriam com as políticas "neo-mercantilistas" de aumento da exportação por parte de japoneses e europeus. Dessa forma, a administração Nixon violou a base fundamental do acordo de Bretton Woods que era a manutenção do ouro como âncora do sistema, assim passando para um sistema chefiado pelo dólar fiduciário.

Ao procurar um melhor ajuste de seu BP e assim garantir a vida de sua moeda como a reserva internacional, os Estados Unidos abriram mão do multilateralismo expresso por Bretton Woods em busca de uma solução rápida e unilateral para seus problemas externos e internos. Isso foi feito com o objetivo de salvar a indústria americana da estagnação na qual ela se encontrava, em parte devida à subvalorização do iene e do marco em relação ao dólar, para isso o governo

Nixon também aumentou a taxação sobre as importações norte-americanas e adotou medidas de controle de preços para diminuir a inflação interna (Gilpin, 2002).

Os governos das outras potências econômicas não estavam preparados para aceitar o domínio do dólar fiduciário nas transações internacionais por acreditarem que isso concentraria muito poder nas mãos do governo dos EUA. Por isso começaram a surgir deliberações sobre um novo sistema monetário internacional onde nenhuma moeda nacional exercesse um papel central, assim evitando tanto o dilema de Triffin como a concentração exagerada de poder sobre o sistema. A mais importante dessas reuniões, que reunia o "Grupo dos Vinte", propunha a substituição, nas transações internacionais, do dólar pelos Special Drawning Rights (SDRs), que eram títulos emitidos pelo FMI cujo lastro era composto por uma cesta de moedas. Mas a turbulência que se seguiu ao Choque do Petróleo colocou em segundo plano esta discussão. (Gowan, 2003; Gilpin, 2002)

Em 1973, os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiram pela restrição coordenada da produção desta commodity levando a que seus preços quadruplicassem, evento que foi posteriormente denominado Choque do Petróleo. O efeito mais imediato dessa medida foi a deterioração súbita do BP da maior parte dos países, assim obrigando a maioria destes países a permitir que suas taxas de câmbio flutuem para impedir a maciça fuga de dólares de seus territórios. O fim do Sistema de Bretton Woods foi declarado "oficialmente" em 1976, quando o FMI deliberou regulamentando as taxas de câmbio flutuantes (Gilpin, 2002).

Os motivos que levaram a OPEP a decidir por tal restrição na produção são até hoje disputados. A versão mais aceita é a de que essa decisão foi tomada em retaliação aos EUA por terem apoiado Israel na Guerra do Yom Kippur, uma vez que a OPEP era dominada pelas nações árabes, grandes inimigas de Israel e algumas delas beligerantes neste conflito. Entretanto, alguns autores criticam esta visão argumentando ou que esse processo foi negociado pelos próprios EUA, estimulados pelas vantagens que veremos na próxima seção (Gowan, 2003), ou que essa cartelização da produção de petróleo foi uma consequência esperada da dinâmica do mercado petrolífero, que tendia à pulverização na etapa da distribuição deste produto (Spiro, 2007).

O Choque do Petróleo levou a uma grande desorganização nas contas externas ao redor do mundo, levando a um grande desafio para os administradores das finanças nacionais. O aumento

súbito do preço desse produto acarretou um grande déficit para seus importadores ao mesmo tempo em que acarretava um superávit igualmente grande para aqueles que o exportavam. Estes últimos, majoritariamente países do Oriente Médio, não tinham interesse em aumentar suas importações proporcionalmente ao aumento de suas exportações. Dessa forma, os países deficitários como um todo não tinham a opção de reajustar seus BPs através de aumentos nas exportações, ou seja, cada um deles individualmente poderia até buscar esta solução, mas assim estariam apenas passando seu problema para os outros, configurando uma política do tipo beggar-thy-neighbour (Gilpin, 2002; Spiro, 2007).

Restavam duas opções para esses países: eles podiam diminuir radicalmente suas importações de petróleo, o que teria enormes efeitos deflacionários em suas economias, ou conseguiam alguma forma de tomar emprestado dos países produtores de petróleo parte do superávit que estes possuíam e com o qual não tinham muito mais a fazer senão tentar valorizá-lo no circuito financeiro. Mas para isso seria necessária uma ainda inexistente estrutura financeira que realizasse tal intermediação entre os países superavitários e os deficitários. Embora o acordo de Bretton Woods permitisse que instituições multilaterais como o FMI realizassem tal função, esta instituição não havia sido dotada de uma estrutura que lhe permitisse prestar tal serviço (Spiro, 2007).

A partir do final da década de 1960, mas ganhando força nos anos 1970, uma grande onda de desregulamentação das finanças globais acabou com a chamada "repressão financeira" de Bretton Woods. Essa onda foi representada pela extinção dos controles de capitais, iniciada nos EUA no começo da década de 1970 e acompanhada pelo resto do mundo a partir do final desta década, e pela adoção generalizada das taxas de câmbio flutuantes. Essa desregulamentação foi acompanhada por um enorme crescimento das instituições financeiras privadas, centradas em Wall Street, e a transnacionalização de suas atividades. Esses movimentos levaram a uma disparada na interdependência das finanças nacionais, mas com um crescente peso para a política monetária norte-americana, que controla a emissão da moeda-chave do sistema (Helleiner, 1994; Gowan, 2003).

Para os pensadores neoliberais, que ganharam muita força neste período, a globalização das finanças é um fenômeno, além de positivo, inevitável uma vez que ocorre devido às livres e incontroláveis forças do mercado, não passível de determinação política. Para eles, as forças

determinantes que levaram à intensificação dos fluxos financeiros globais foram o aumento da demanda por esses serviços, devido ao crescimento econômico e à maior confiança dos agentes, e as inovações tecnológicas, com a rápida melhoria das telecomunicações e o desenvolvimento de instrumentos financeiros complexos (Helleiner, 1994; Gowan, 2003).

3.2 Diferentes interpretações sobre a financeirização

Nesta seção procuraremos apresentar a visão de três autores que, embora adotem uma postura crítica em relação à interpretação clássica, mostrando que decisões políticas do governo norte-americano foram determinantes para a globalização financeira, tem visões diferentes em relação à que decisões foram importantes e como foi orquestrado esse processo.

3.2.1 A interpretação de Peter Gowan (2003)

Para Gowan, a chave para entender o processo de financeirização está em compreender como o governo norte-americano usou de seu poder político para que a reciclagem de petrodólares ocorresse através das instituições financeiras privadas, sediadas em Wall Street, dessa forma assegurando que o dólar fiduciário continuaria como a moeda global. Assim foi criado um novo sistema, que o autor chama de Regime Dólar-Wall Street (DWSR), baseado no poder do governo dos EUA de contralar a emissão da moeda-chave fiduciária e no poder da elite financeira de Wall Street sobre um mercado financeiro global desregulamentado.

O papel do Choque do Petróleo foi o de convencer os países aliados a aceitarem um sistema baseado no dólar fiduciário e isso ocorreu devido ao papel de Wall Street na reciclagem dos petrodólares. A desvinculação do dólar com o ouro era uma forma do governo dos EUA se livrar de limites que o padrão ouro impunha para seu déficit porque, segundo ele, esse governo passara a considerar sua expansão militar e sua contínua exportação de capital para a Europa mais importante que a prosperidade internacional. Com o fim de Bretton Woods, o DWSR permitiu que a margem de ação do governo americano fosse maximizada e sua expansão militar continuasse, assim permitindo a substituição de sua moribunda hegemonia industrial pela hegemonia financeira (Gowan, 2003).

3.2.2 A interpretação de David Spiro (2007)

Para Spiro o objetivo do governo norte-americano não era a expansão do seu sistema financeiro privado, mas a solução para o financiamento do crônico déficit americano que estava colocando em risco a estabilidade do sistema monetário internacional dentro do padrão ouro. Como já foi demonstrado, este governo mantinha grandes déficits devido à expansão de seu aparato militar e dos vários conflitos nos quais estava envolvido. Não estando disposto a abrir mão deste gasto e consciente de que este estava colocando em risco o padrão ouro, o governo norte-americano escolheu o fim de Bretton Woods como saída para o Choque do Petróleo para assim poder manter um grande déficit público e comercial sem maiores consequências desestabilizadoras do sistema.

Para isso, ele afirma que o governo americano usou de seu poder político para evitar uma saída cooperativa para o Choque, que era a solução tida como legítima na época, mas que poderia significar a continuação de Bretton Woods ou a criação de um sistema semelhante. Enquanto isso, ele afirma, amparado por ampla base de fontes primárias apenas recentemente desclassificada, que este governo escolheu resolver o problema do déficit americano bilateralmente com os países árabes, principalmente a Arábia Saudita. Nesses acordos a Autoridade Monetária Saudita (SAMA, na sigla em inglês) se comprometeu a usar seus petrodólares para comprar títulos da dívida pública norte-americana. Dessa forma o governo norte-americano conseguiu uma fonte de financiamento de seus déficits público e externo, podendo manter assim tanto suas importações de petróleo como suas operações militares.

O autor procura demonstrar sua polêmica teoria de que os petrodólares não foram reciclados no sentido tradicionalmente dado ao termo, ou seja, a intermediação entre superavitários e deficitários pelos euromercados. Para ele, isso seria inviável porque a maioria dos países que incorreram em grandes déficits devido ao Choque foram nações do terceiro mundo, que já sofriam com problemas de falta de divisas antes do Choque e que, dessa forma, se mostravam como um investimento muito arriscado para investidores privados.

Os países desenvolvidos, em geral, não experienciaram grandes problemas de BP, uma vez que eles vinham de uma situação altamente superavitária. Além disso, estes países tinham condições de aumentar suas exportações através de políticas de estímulo, dessa forma

transferindo seu déficit para o terceiro mundo, através de políticas do tipo beggar thy neighbour. Ele sustenta suas afirmações a partir de rigorosas análises econométricas que mostram que os países ricos foram depositantes líquidos nos euromercados neste período e que a expansão de tal mercado durante o Choque do Petróleo não foi acima do normal.

O único país desenvolvido que, naquele momento, apresentava déficits externos eram os EUA, sendo este também o país com maior poder nas negociações internacionais, sendo o único com poder para, unilateralmente, impedir a continuação destas. E foi isso que aconteceu nas negociações multilaterais que o FMI iniciou logo após o Choque do Petróleo para tentar uma solução conjunta para a crise. Embora oficiais do governo americano reconhecessem publicamente que uma saída multilateral era a única legítima para solucionar uma crise destas proporções, o país sabotou tais negociações em conjunto com seus parceiros árabes, enquanto negociavam secretamente acordos bilaterais que permitiram aos EUA manter seu déficit e colocar o dólar fiduciário como moeda internacional.

As maiores negociações ocorreram entre a SAMA e oficiais do Fed de Nova Iorque, onde eram oferecidas condições especiais para os sauditas comprarem títulos públicos norte-americanos como, por exemplo, eliminava a exigência dos compradores participarem de leilões de títulos. Já os sauditas se comprometiam a investir grandes somas (o valor chegou a 70% de seu superávit) nesses títulos e a não vendê-los no mercado aberto sem prévio aviso ao Fed. Além disso, o Departamento de Estado dos EUA foi envolvido na negociação e também ofereceu vantagens militares aos sauditas.

Com isso, o governo dos EUA conseguiu uma enorme fonte de financiamento do seu déficit tanto público como externo, assim resolvendo unilateralmente seu problema e permitindo a continuação de sua política de expansão militar e de suas compras de petróleo. Ao fazer isso, os oficiais do Fed ainda conseguiram impedir que o mercado privado fosse inundado por dólares, garantindo a estabilidade da moeda. Além disso, os acordos associaram os interesses sauditas ao futuro dólar, uma vez que suas reservas estariam denominadas nessa moeda, garantindo que o preço do petróleo continua denominado na moeda norte-americana.

Dessa forma, Spiro nos mostra que a principal rota de reciclagem de petrodólares foi o acordo secreto entre o Fed e a SAMA para a compra da dívida americana, permitindo que esse

país continue incorrendo em déficits e ajudando a que o dólar se mantivesse como moeda internacional. Essa compra não foi só determinada por cálculos de rentabilidade, mas também por critérios políticos. Ao resolver seu problema unilateralmente e boicotar uma solução multilateral, os EUA criaram a necessidade de cada país procurar a melhor solução por seus próprios meios, os países desenvolvidos puderam realizar políticas competitivas de estímulo à exportação ou pegar empréstimos nos euromercados. Já para grande parte do mundo subdesenvolvido restou a realização de políticas contracionistas que prejudicaram sua já deteriorada situação (Spiro, 2007).

3.2.3 Interpretação de Eric Helleiner (1994)

Helleiner constrói um extenso estudo da globalização financeira, tentando mostrar que a reemergência das finanças não foi causada exclusiva ou essencialmente por forças de mercado e mudanças tecnológicas, mas pelas decisões políticas tomadas pelas grandes potências, principalmente o governo dos Estados Unidos. Ele procura mostrar que os mercados privados só existem sob a supervisão e permissão dos Estados e que estes, caso lhes interesse, podem criar limites e barreiras para a ação dos agentes privados. Dessa forma, ele tenta recordar quais foram as decisões que deram vazão ao crescimento e transnacionalização das instituições financeiras e quais foram os interesses dos governos que permitiram tal movimento.

Para ele, o movimento decisivo em direção à globalização financeira foi o desenvolvimento dos euromercados no final da década de 1950. Assim, ele concorda até certo ponto com a interpretação de Gowan (2003) quanto ao importante papel que este mercado financeiro desregulado, funcionando de forma internacional e em dólares, teve no desenvolvimento das finanças privadas e na centralidade que conferiu às instituições financeiras de Wall Street e da City londrina. Mas adota outro foco, pois ele enxerga que a discussão deve se concentrar nas decisões tomadas pelos principais Estados e que o efeito de movimentos como o Choque do Petróleo é majoritariamente determinado por tais decisões.

O apoio inicial ao euromercado partiu do governo britânico, cujo interesse em reconquistar o papel de Londres como centro financeiro mundial vem desde o fim da II Guerra Mundial. Depois de uma série de fracassadas tentativas de obter isso através da volta da conversibilidade da libra, o governo britânico teve de impor regulações quanto a empréstimos em libra para devedores estrangeiros. Mas os bancos perceberam que estas regulações não se

aplicavam a empréstimos em dólar se amparados por lastro na mesma moeda, assim nasceu o euromercado. O governo britânico podia a qualquer momento impor restrições a essas operações, mas não o fez porque tal mercado lhe oferecia as vantagens de ser um centro financeiro global sem os problemas para a taxa de câmbio da libra que isso poderia originar.

A pesar disso, os euromercados não teriam ganhado a importância que tiveram se não tivessem contado com o apoio do governo norte-americano. Isso aconteceu devido a que no começo da década de 1960 a inflação nos EUA vinha crescendo constantemente (devido ao crônico déficit público resultante do crescente gasto militar) e, ao mesmo tempo, as nações da Europa Ocidental estavam voltando para a conversibilidade, o que levou a certas dúvidas na capacidade do Fed em manter a paridade dólar-ouro e, consequentemente, a fugas maciças de capital. Com a intensificação dos gastos nos governos de Kennedy e Johnson devido à Guerra do Vietnã e ao programa Great Society, o governo mostrou não estar disposto a diminuir o déficit, restando como única alternativa a imposição de controles de capital.

Em 1963 foi implementado um imposto sobre empréstimos para o exterior, mas os banqueiros nova-iorquinos, assim como seus colegas londrinos, descobriram os euromercados. Eles procuraram fugir desse imposto ao transferir suas operações para filiais em Londres, contando com certo apoio de funcionários próximos aos bancos no Fed e no Tesouro. Mas o movimento decisivo foi quando, em 1965, esse imposto foi estendido à exportação de capitais por parte das empresas transnacionais não-financeiras, assim obrigando-as a buscar financiamento para suas operações nos já bem estabelecidos euromercados.

O governo norte-americano poderia ter limitado este movimento a qualquer momento ao criar regulamentações sobre o estabelecimento de filiais de suas instituições financeiras no exterior. Mas não o fez porque, num momento onde o dólar era cada vez mais visto com desconfiança, os déficits eram crescentes e estava ficando mais difícil convencer outros bancos centrais a não converterem seus dólares, o aumento da demanda por dólares gerado pelo euromercado foi visto de forma muito positiva pelo governo dos EUA. Este passou a ver com bons olhos um mercado financeiro globalizado baseado no dólar, uma vez que isso tornaria sua moeda sempre atrativa e ligaria a reserva dos demais países ao valor da moeda americana.

As ações unilaterais dos governos norte-americano e inglês foram decisivas para a globalização financeira também porque geraram uma onda de desregulamentações competitivas ao redor do mundo. Isso devido a que, para que um país tenha acesso aos recursos do euromercado, as instituições financeiras exigiam a maior liberdade de atuação possível dentro deste, então a competição por tais recursos levou a que cada país se visse na necessidade de desregulamentar cada vez mais seu mercado.

Assim vemos que os movimentos decisivos para a globalização financeira foram as ações unilaterais dos governos britânico e, principalmente, norte-americano. Estas ações visavam reformar seu poder hegemônico industrial cambaleante por uma hegemonia baseada nas finanças e no papel do dólar como moeda central (Helleiner, 1994).

Conclusões

O objetivo principal deste trabalho foi apresentar um exemplo de como a dinâmica do poder político e o desenvolvimento da economia capitalista são fenômenos altamente interligados, não podendo de forma alguma serem analisados de forma independente. Partimos da hipótese de que esta relação sofre diversas metamorfoses, mas vem se propagando desde os primórdios do capitalismo mercantil e se repete até a atualidade. A mais recente transformação ocorreu durante a Guerra Fria, e parece ter atingido a sua forma atual depois do colapso da URSS.

No primeiro capítulo apresentamos através do conceito de guerra total como conflitos políticos podem moldar a trajetória do capitalismo, ao transformar radicalmente a sua institucionalidade. Mas também vimos que este impulso ao desenvolvimento fornecido pelo combate pela sobrevivência do Estado-nação só se tornou possível dentro de uma lógica capitalista-industrial, ou seja, quando as forças produtivas já haviam atingido um grau de desenvolvimento que lhes permitia sustentar, por períodos consideráveis de tempo, uma sociedade voltada integralmente para a guerra sem prejudicar a sua própria reprodução. Neste sentido, entendemos que as forças da política e da economia se relacionam mutuamente, e parece pouco frutífero tentar estabeler qualquer relação unilateral de determinação.

Os Estados Unidos foram o país que se inseriu de forma mais intensa neste processo, uma vez que foi marcado por guerras pela sobrevivência de seu regime desde a sua própria fundação, na Revolução Americana. Mas o principal marco do país talvez tenha sido a Guerra Civil, o maior e mais sangrento conflito da história do país, quando o norte, caracterizado por ser uma economia capitalista industrial em pleno desenvolvimento, conseguiu impor seu domínio sobre o país ao extirpar os elementos mais retrógrados e pré-capitalistas que ainda impediam o governo federal de se dedicar exclusivamente à proteção da nova economia urbana-industrial que estava surgindo.

Nas duas guerras mundiais, pode-se dizer com segurança que o país foi o maior ganhador, e não só porque esteve do lado vitorioso nas duas ocasiões. Ao contrário da Inglaterra (que também foi vitoriosa em ambos os conflitos), a economia norte-americana cresceu nos anos de guerra em ritmo que não seria possível em tempos de paz, isso sem levar em conta as grandes transformações estruturais pelas quais o país passou. Antes de participar da Primeira Guerra Mundial o país era considerado "isolacionista", só participando de disputas que envolvessem seus interesses mais diretos ou os da sua vizinhança imediata (embora já tivesse começado a se envolver na Ásia), até então o país seguia a doutrina traçada por George Washington de que o melhor era não se envolver em disputas europeias. Essa doutrina havia servido bem o país até então, evitando gastar capital político e econômico com questões que não lhe afetariam diretamente. Mas em 1917 ficou claro que, se o país quisesse manter a expansão de seus domínios econômicos em um mundo cada vez mais interligado, não podia ficar de fora de uma disputa que definira o novo cenário político internacional.

Mesmo quando esteve de fora dos combates, a Grande Guerra teve efeito mais do que significativo sobre a economia americana, uma vez que os países em conflito passaram a depender do recebimento de produtos norte-americanos para suprir suas demandas internas por bens básicos e por armamentos. Esta última demanda, inclusive, forçou o governo do país a tomar partido pela primeira vez em um conflito entre terceiros. Mas a decisão do país de participar dos combates alterou para sempre a relação entre os militares, as empresas e o Estado no país. A burocracia federal teve de se agigantar de maneira que claramente não era prevista por aqueles que escreveram a Constituição do país no século XIX com o objetivo de garantir que as empresas do país suprissem o nível inédito de demanda oferecida pelas tropas lutando no exterior.

Apesar disso, o país ainda não estava disposto a assumir os custos de se colocar como hegemonia global, como ficou claro quando o Congresso do país recusou a participação na Liga das Nações, proposta pelo próprio presidente americano. Com a emergência de um novo conflito global, a situação mudou. Apesar de nenhum combate ter atingido o continente norte-americano, o rápido avanço alemão sobre a Europa e o ataque japonês a Pearl Harbor mostraram ao país que se quisessem manter as redes comerciais e financeiras que seus empresários haviam tecido ao

longo do globo, precisariam uma postura mais ativa no cenário geopolítico, o que moldou sua posição perante o resto do mundo pelas próximas décadas.

Para enfrentar este conflito o país teve novamente de levar o nível de complexidade de sua burocracia federal para um novo patamar. Neste caso isso significou a coordenação entre militares, empresas privadas e universidades de forma a possibilitar que cientistas das mais diferentes áreas e posições geográficas cooperem para criar cada vez mais e melhores armamentos que seriam levados aos campos de batalha. Ao contrário do conflito anterior, que impôs a necessidade de produção em massa de produtos padronizados, neste a capacidade de criar armamentos tecnologicamente superiores se tornou um fator decisivo nos campos de batalha.

Dessa forma entramos no segundo capítulo, onde é explorado como a relação entre empresas, Forças Armadas e universidades se desenvolveu nos anos que se seguiram à Guerra Mundial. Essa relação, ao invés de ser desmantelada como muitos esperavam, se tornou cada vez mais poderosa, uma vez que o país vivia uma disputa de poder contra o bloco socialista liderado pela URSS, disputa essa que raramente chegou aos campos de batalha, mas que foi marcada pela busca incessante pelos dois lados por armamentos superiores, que lhes permitissem manter suas intervenções nas mais diversas partes do mundo com a segurança de que sua existência não seria ameaçada pela sua contraparte no mundo bipolar que se desenhou.

Neste sentido, a coordenação entre militares, empresas fornecedoras de armamentos e as grandes universidades/laboratórios de pesquisa criou uma complementariedade de interesses que foi vista com maus olhos por representes da ideologia liberal que até então era a base das instituições norte-americanas. Isso porque, para todas estas categorias, passou a ser de vital interesse que o governo norte-americano gastasse cada vez mais com a atividade militar, contratando novos armamentos e novas linhas de pesquisa voltadas para criação destes, mesmo em tempos de paz.

Esta articulação de interesses formou o forte lobby denominado Complexo Industrial-Militar (Acadêmico) que exerce enorme poder político sobre as autoridades de Washington até os dias de hoje, embora o ápice de sua influência tenha sido durante a Guerra Fria. O problema apresentado pela existência desta articulação é que se uma grande parcela dos interesses

organizados da sociedade passa a estar ligada às Forças Armadas, instituição autoritária por natureza, o principio de controle civil dos militares ficaria seriamente comprometido, pois estes passam a exercer influência sobre aqueles que deveriam supervisioná-los. Foi assim que o gasto militar no país se elevou além de qualquer patamar imaginado anteriormente para tempos de paz, o que exercia uma pressão sobre as contas públicas que, na ausência do CIMA, a população americana não estaria disposta a aceitar.

Prejudicial ou não para as contas públicas, mais importante para nosso estudo é o fato de que este gasto militar alavancou o desenvolvimento tecnológico nos Estados Unidos de maneira que só havia sido presenciada em momentos de guerra total. A Guerra Fria foi marcada por um esforço contínuo das universidades americanas em criar novas teorias científicas e aplicações para teorias existentes que criassem novos produtos para suprir as demandas militares. As empresas que participavam destes projetos não precisavam se importar com os custos envolvidos e podiam tirar proveito da experiência e conhecimentos adquiridos para aplicações em novos produtos civis que as tornaram dominantes nos vários novos ramos tecnológicos surgidos na época.

O que é importante deixar claro deste processo é que o gasto militar permitiu que o desenvolvimento tecnológico ocorresse em um ritmo que não seria possível se dependesse apenas da concorrência intercapitalista em um mercado livre. Isso porque vários desenvolvimentos da época só foram possíveis porque a entidade que os financiava não estava preocupada com os custos dos projetos e estava disposta a arcar com os riscos de possíveis fracassos, de forma que uma empresa privada nunca estaria. Ou seja, o Complexo Industrial-Militar-Acadêmico foi importante ao fazer o governo assumir o risco inerente das inovações, além de permitir uma maior cooperação entre empresas e centros de pesquisa que normalmente veriam uns aos outros como competidores. Estes sistemas de inovação foram capazes de criar uma série de novas tecnologias, inclusive com uso civil, que tornaram as empresas transnacionais norte-americanas dominantes no mercado globalizado. Além disso, a proximidade com as instituições de pesquisa e os enormes rendimentos dos projetos militares permitiram que as empresas do país desenvolvessem estruturas internas de P&D que lhes deram enormes vantagens competitivas, mesmo depois de que a torneira do gasto militar fosse parcialmente fechada pelo fim da Guerra Fria.

Mas com pôde tudo isto ser financiado? Como já indicamos, o nível de gastos com a atividade militar nos Estados Unidos subiu durante a Guerra Fria para patamar maior do que o experimentado na história por qualquer país em tempos de paz. No caso de épocas de guerra total, explicamos como e porque a população está disposta a aceitar restrições sobre seu consumo e piora nas contas públicas sob a justificativa de que isto é necessário para a própria continuidade da existência do Estado-nação. Mas é difícil imaginar a sociedade americana, na situação de hegemonia global, aceitar arcar com este tipo de sacrifício durante décadas e sem ameaça real e direta sobre o território do país, apesar da retórica dos políticos americanos da época indicar que era esse o caso.

No começo do período que Hobsbawm denomina "Anos Dourados", principalmente durante as décadas de 40 e 50, o país não enfrentou grandes problemas de déficits públicos, uma vez que a arrecadação crescia exponencialmente conforme a economia norte-americana se beneficiava do crescimento econômico global do pós-guerra, que aumentou radicalmente a demanda por bens e serviços de empresas norte-americanas tanto na Europa como na Ásia.

Mas este período de crescimento e seus rendimentos para as empresas americanas só foi possível devido aos acordos firmados em 1944 em Bretton Woods, que regeriam a economia global até 1973. Através dele o comércio global se liberalizou além dos patamares pré-guerra e o dólar, com o lastro no ouro, se tornou a moeda das transações internacionais, dando enorme discricionariedade para a política monetária e fiscal dos EUA, que não se estendeu para outros países. Mas tanto o sucesso do Sistema de Bretton Woods como o crescimento global no pós-guerra só foram possíveis devido aos planos do governo norte-americano de ajuda aos países em reconstrução: Marshall e Colombo.

O problema surgiu quando o sucesso dos planos de reconstrução na Europa e Ásia criou fortes competidores para as empresas norte-americanas, notadamente na Alemanha e no Japão. Com isso, o déficit público americano logo passou a afetar seu balanço de pagamentos, que se tornava cada vez mais deficitário. Como o dólar era a moeda global, o país não precisava se preocupar com tais déficits, podendo financiá-los por emissão monetária. O limite para esta situação previsto nos acordos de Bretton Woods era a paridade fixa entre o dólar e o ouro, mas para que isso se efetivasse os demais países precisariam tentar sacar suas reservas em moedas

americanas em metal precioso junto ao Fed. Isso não ocorreu de forma sistemática durante a década de 1960 apesar de a forte emissão monetária ter tirado valor da moeda, por quê?

No período havia o acordo tácito de que os EUA eram os responsáveis pela segurança do bloco ocidental, através da OTAN e de seus acordos com o Japão e Taiwan. Os demais países do bloco aceitariam em troca os déficits externos dos EUA, financiando eles ao reterem seus dólares. Mas o descontentamento com este acordo, claramente desigual uma vez que o país norte-americano mantinha a maior parte do poder político, chegou próximo do seu limiar no começo da década de 1970, quando alguns países europeus começaram a propor mudanças no sistema monetário internacional e a ameaçar pedir ouro perante o Fed em troca de seus dólares, inviabilizando a continuidade dos déficits públicos dos Estados Unidos.

Em vista desta clara ameaça à continuidade de seus gastos militares, do sistema monetário internacional baseado no dólar e de sua própria estrutura econômica, o governo do presidente Richard Nixon acabou unilateralmente com o Sistema de Bretton Woods ao eliminar a conversibilidade do dólar com o ouro, transformando a moeda internacional em plenamente fiduciária. Mas porque as demais potências capitalistas aceitaram este novo sistema monetário onde a preponderância do dólar não encontra qualquer limite físico? No terceiro capítulo apresentamos a ideia de que a resposta está na ascensão dos euromercados e na Crise do Petróleo.

Helleiner e outros autores mostram que o fator decisivo para entender a reação à Crise do Petróleo está no desenvolvimento dos euromercados na década de 1960. Estes mercados financeiros internacionais desregulados nasceram em Londres, principalmente com filiais de empresas norte-americanas que se aproveitavam de brechas nas legislações destes dois países. A decisão destes governos de não fechar estas brechas e, dessa formar, permitir que estes mercados crescessem foi decisiva para que as finanças privadas internacionais, reprimidas duramente pelos acordos de Bretton Woods, voltassem a operar quase que totalmente livres. Dessa forma, as reservas e dívidas de diversas nações passaram a estar denominadas em dólar, reduzindo a margem para que os governos destes países buscassem um acordo cooperativo para mudar o sistema monetário internacional.

Já o Choque do Petróleo levou a um grande desbalanceamento das contas externas de grande parte do mundo. Ao mesmo tempo em que levou a grandes superávits nos países árabes, o

Choque colocou a busca de uma forma de intermediação financeira entre esses e os países deficitários como a única forma de evitar restrições às importações ou políticas competitivas do tipo beggar-thy-neighbour. Isso ocorreu no mesmo período em que surgiram propostas de negociação para a definição de uma nova moeda global através de acordos cooperativos dentro das instituições multilaterais de Bretton Woods, como FMI ou Banco Mundial.

Neste sentido, Gowan mostra que a resposta ao Choque foi politicamente articulada pelo governo dos EUA que, na prática, colocou seu setor financeiro sediado em Wall Street como intermediário das transações entre países superavitários e deficitários. Dessa forma as demais potências passaram a depender da moeda americana para financiar suas dívidas, inviabilizando uma mudança no sistema monetário que não fosse focada no dólar fiduciário. Já David Spiro discorda da necessidade de financiamento privado para as demais potências capitalistas, mas mostrou que a resposta dos EUA ao Choque foi realmente uma articulação política, ilegítima perante as regras do sistema de Bretton Woods, para que seus déficits, relacionados principalmente aos gastos militares, fossem financiados por compras de títulos americanos pelos muito superavitários países exportadores de petróleo do Oriente Médio, notadamente a Arábia Saudita.

Ou seja, os EUA utilizaram de seu poder político, em grande parte garantido pela sua posição de potência militar hegemônica no bloco capitalista, para conseguir manter sua moeda, agora fiduciária, como denominadora do comércio internacional, podendo continuar a manter déficits públicos e externos cada vez maiores, financiados pelos superávits das demais potências do bloco capitalista. Com isso, o país pôde manter seus enormes gastos militares que garantiram enormes vantagens competitivas para suas empresas, além de colocar seu sistema financeiro baseado em Wall Street no centro das finanças globais, dando ainda maior discricionariedade para a política monetária e regulatória do Fed, além de enorme poder político sobre os países que precisam dos recursos destas instituições financeiras para manter seus gastos internos, principalmente no terceiro mundo.

Bibliografia:

ARRIGHI, G. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**.** Rio de Janeiro e São Paulo: Contraponto; UNESP. 1996.

BACEVICH, A. American Empire: The Realities and consequences of U.S. Diplomacy. Cambridge: Harvard U. Press. 2002.

BLOCK, F. The Origins of International Economic Disorder: a study of United States international monetary policy from World War II to the present. Berkeley: University of California Press. 1977.

BRAGA, J. C. D. S. e Cintra, M. A. M. Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sobre comando americano. In: J. L. FIORI (org.). O Poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHURCHILL, W. The Few**.** Disponível em:< http://www.winstonchurchill.org>. Acessado em: 02/12/2014.

COHEN, B. J. The Geography of Money Ithaca: Cornell U. Press. 1998.

_____. The Future of Money. Princeton: Princeton U. Press. 2004.

CYPHER, J. M. (1984) Military Spending, Technical Change and Economic Growth: a Distinguished Form of Industrial Policy? Journal of Economic Issues, v. XX1, nº 1.

EICHENGREEN, B. J. A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional trad. port., São Paulo: Editora 34, 2000.

FIORI, J. L. e M. D. C. TAVARES, Org. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**.** Petrópolis: Vozesed. 1998.

FORDHAM B. O. (2007) Paying for Global Power: Costs and Benefits of Postwar U.S. Military Spending. In: BACEVICH, A. J. (2007) The Long War: A New History of U.S. National Security Policy since World War II. Columbia U. Press: New York, USA.

GOWAN, P. A Roleta Global. São Paulo: Record. 2003.

_____. U.S. Hegemony Today. Monthly Review, v.55, July-August. 2003.

_____. Crisis in the Heartland: consequences of the New Wall Street System. New Left Review, v.55, jan-fev. 2009.

GRAY, C. H. Postmodern War: The New Politics of Conflict**.** New York: The Gildford Press. 1997.

HELLEINER, E. States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990´s**.** Ithaca e Londres: Cornell University Press. 1994.

HOBSBAWM, E. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras. 1995.

_____. A Era das Revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra. 2009a.

_____. A Era do Capital: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra. 2009b.

GILPIN, R. A Economia Política das Relações Internacionais. Brasília: UNB. 2002

KEOHANE, R e Nye, Joseph S. Power and Interdependence. 2nd.ed. Harper Colins, 1989.

MARIUTTI, E. B. Fundamentos da Hegemonia Estadunidense no Pós-Guerra Fria: tendências gerais. In: J. C. Cardoso, L. Acioly, et al (org.). Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: Ipea,2009.

MEDEIROS, C. A. (2003) O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar. In: FIORI, J. L. (org.) (2004) O Poder Americano. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ.

MOORE JR. B. Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World, Beacon Press, Boston, 1966.

NELSON, R. & Winter, S. (2005) Uma Teoria Evolcionária da Mudança Econômica. Coleção Clássicos da Inovação, Ed. Unicamp: Campinas, SP.

ROLAND, A. (2007) The Military-Industrial Complex: Lobby and Trope. In: BACEVICH, A. J. (2007) The Long War: A New History of U.S. National Security Policy Since World War II. Columbia U. Press: New York, USA.

ROSENBERG, N. (2006) Por Dentro da Caixa Preta. Coleção Clássicos da Inovação, Ed. Unicamp: Campinas, SP.

SCHUMPETER, J. (1984) Capitalismo, Socialismo e Democracia**.** Zahar: Rio de Janeiro, RJ.

SERRANO, F. Do Ouro Imóvel ao Dólar-Flexível. Economia e Sociedade, v.19. 2002.

SPIRO, D. The Hidden Hand of American Hegemony: petrodollar recycling and international markets. Ithaca: Cornell U. Press. 1999.

TIGRE, P. B. (1998) Inovação e Teoria da Firma em Três Paradigmas. Revista de Economia Contemporânea, nº 3.